CÁTIA SCHREINER

EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DE DOCUMENTOS MANUSCRITOS
CATARINENSES DO SÉCULO XVIII: LIVRO DE “OFÍCIOS DO VICE-
REI PARA O GOVERNADOR DA CAPITANIA” (1793 – 1798)

São Paulo
2007

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

CÁTIA SCHREINER

EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DE DOCUMENTOS MANUSCRITOS
CATARINENSES DO SÉCULO XVIII: LIVRO DE “OFÍCIOS DO VICE-
REI PARA O GOVERNADOR DA CAPITANIA” (1793 – 1798)

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Filologia e Língua
Portuguesa, do Departamento de Letras
Clássicas e Vernáculas da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para
obtenção do título de Mestre em Letras.

São Paulo
2007

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO DE FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

CÁTIA SCHREINER

EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DE DOCUMENTOS MANUSCRITOS
CATARINENSES DO SÉCULO XVIII: LIVRO DE “OFÍCIOS DO VICE-
REI PARA O GOVERNADOR DA CAPITANIA” (1793 – 1798)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Sílvio de Almeida Toledo Neto.

São Paulo
2007

Dedico este trabalho
a Deus, por existir;
à minha mãe, exemplo de vida e de
profissional;
ao meu querido marido Marcel, que
com seu companheirismo, auxílio e
incentivo cheguei até aqui.

Agradeço de coração:

à Cíntia e Marília, minhas colegas nos trabalhos de graduação na UFSC, minhas amigas para toda a vida;

aos professores: Gilvan, Sílvio, Mourivaldo, Maria Célia, Heloísa e Heitor, pelos ensinamentos acadêmicos;

à equipe do arquivo público de Florianópolis: Neusa, Alexandre e Humberto, por toda a ajuda durante minhas pesquisas;

aos colegas da USP: "Renatas" e Dircen, por estarem sempre por perto;

e também aos amigos: Anquíses, Heloísa, Jacó, Carla, Melissa, Rubia, Rogério, Ladigênia, Andréa, Elisângela e Camila, que de uma maneira ou outra vieram em meu auxílio.

Não há sociedade ou homem sem
consciência histórica. A humanidade
não pode compreender-se, nem delinear
seu futuro, sem apreciar seu passado.
(Joachim Hermann)

RESUMO

Edição semidiplomática de *corpus* selecionado a partir do códice “Ofícios do Vice-Rei para o Governador da Capitania 1793/98”, visando a fornecer fonte fidedigna para futuros estudos filológicos, lingüísticos, históricos e culturais do período. Trata-se também de um estudo mais detalhado desse códice catarinense que contextualiza historicamente os documentos que o compõem, assim como aborda aspectos paleográficos, codicológicos e diplomáticos com o propósito de responder a questionamentos e hipóteses surgidos durante a edição acerca de sua composição, criação e origem. Este trabalho descreve codicológica e paleograficamente o códice em geral, apresenta uma demonstração de diferentes punhos e procura levantar traços de natureza fonológica de um manuscrito dentro do códice. Consta também deste trabalho uma tentativa de identificação tipológica mais adequada através da composição de um verbete descritivo do *corpus*.

Palavras-chave: Filologia. Paleografia. Codicologia. Diplomática. Edição semidiplomática.

ABSTRACT

Semidiplomatic edition of the selected *corpus* from the codex “Ofícios do Vice Rei para o Governador da Capitania 1793/98” (Memorandums from the Vice-king to the Governor of the Province 1793/98”) seeking to provide a trustworthy source to further philological, linguistical, historical and cultural studies of such period. It is also a thorough study of this Catarinense (from Santa Catarina) codex that put its documents into a historical perspective. It touches its paleographic, codicological and diplomatic aspects aiming to address questionings and hypotheses raised during the editing process concerning its composition, how it was assembled, and its origin. This work describes the codex general paleography and codicology. It presents a demonstration of different handwritings and attempts to raise traces of phonological aspects from the codex. This project also proposes a more adequate typological identification of the documents, through descriptive summaries of each memo.

Keywords: Philology. Paleography. Codicology. Diplomatic. Semidiplomatic editing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fólio 26r., linha 319 – “mantimentoz”	29
Figura 2 – Fólio 29r., linha 369 – “esteja”	29
Figura 3 – Fólio 47r., linha 540 – “Rejemento”	29
Figura 4 – Fólio 3v., linha 72 – “recomendo”	29
Figura 5 – Fólio 77r., linha 918 – “Sendo”	29
Figura 6 – Fólio 9r., linha 143 – “Logo”	30
Figura 7 – Fólio 5r., linha 104 – “elhe apresentassem os Auttos”	30
Figura 8 – Fólio 53r., linha 645 – “obrigado a mandar todos os annos”	30
Figura 9 – Fólio 51r., linha 602 – “oCaziaõ”	30
Figura 10 – Fólio 28r., linha 355 – “aLem”	31
Figura 11 – Fólio 69r., linha 883 – “Madeiras de melhor qualidade”	31
Figura 12 – Fólio 69r., linha 886 – “o reconhecimento das Mattas”	31
Figura 13 – Fólio 52r., linha 618 – “tão”	31
Figura 14 – Fólio 52r., linha 619 – “hé”	31
Figura 15 – Fólio 2r., linha 28 – apócope ou suspensão – “Dom”	32
Figura 16 – Fólio 2r., linha 17 – apócope ou suspensão – “Santa”	32
Figura 17 – Fólio 2v., linha 19 – apócope ou suspensão – “Vossa”	33
Figura 18 – Fólio 96r., linha 1170 – síncope ou contração – “Senhor”	33
Figura 19 – Fólio 98r., linha 1201 – síncope ou contração – “Alvarez”	33
Figura 20 – Fólio 55r., linha 696 – letras sobrescritas – “Illustrissimo”	33
Figura 21 – Fólio 55r., linha 711 – letras sobrescritas – “pagamentos”	33
Figura 22 – Fólio 55r., linha 716 – letras sobrescritas – “quanto”	33
Figura 23 – Fólio 3r., linha 52 – sinal especial – “Lixboa”	33
Figura 24 – Fólio 82r., linha 1077 – “Valentim Antonio Vilella”	34
Figura 25 – Fólio 3v., linha 80 – “Manoel Soares Coimbra”	34
Figura 26 – Fólio 5v., linha 125 – “José Pereira Leão”	34
Figura 27 – Fólio 68r., linha 863 – “Conde”	35
Figura 28 – Fólio 62r., linha 819 – “Conde”	35
Figura 29 – Fólio 1r., linha 11 – “Conde”	36
Figura 30 – Fólio 87r., linha 1099 – “Conde”	36
Figura 31 – Fólio 53v., linha 692 – Conde”	36
Figura 32 – Fólio 83r., linha 1086 – traço abaixo dos números	36
Figura 33 – Fólio 84r., linha 1090 – traço abaixo dos números	36
Figura 34 – Conde de Resende – o Construtor	62
Figura 35 – Conde de Resende – “piquenas”	64
Figura 36 – Conde de Resende – “pequena”	64
Figura 37 – Documento matriz – “tão bem”	66
Figura 38 – Documento matriz – “piquenas”	68
Figura 39 – Documento matriz – “piquenas”	68
Figura 40 – Conde de Resende – “pequena”	69
Figura 41 – Conde de Resende – “pequeno”	69
Figura 42 – Documento matriz – “tabuados”	69
Figura 43 – Conde de Resende – “Taboado”	69
Figura 44 – Conde de Resende – “Taboado”	69
Figura 45 – Documento matriz – “Inbarçaçoens”	70
Figura 46 – Conde de Resende – “Embarçaçoês”	70
Figura 47 – Conde de Resende – “Embarçaçoẽs”	70

Figura 48 – Documento matriz – “taõ bem”	70
Figura 49 – Conde de Resende – “tambem”	70
Figura 50 – Documento matriz – “servi”	71
Figura 51 – Conde de Resende – “serve”	71
Figura 52 – Conde de Resende – “serve”	71
Figura 53 – Documento matriz – “comperferencia”	71
Figura 54 – José Pereira Leão – “apreferencia”	71
Figura 55 – Conde de Resende – “preferencia”	72
Figura 56 – Documento matriz – “sepódim”	72
Figura 57 – Conde de Resende – “podem”	72
Figura 58 – José Pereira Leão – “sepodem”	72
Figura 59 – Ilustração da capa	76
Figura 60 – Detalhe da lombada do códice	76
Figura 61 – Ilustração da contra-capas	76
Figura 62 – Detalhe da folha de rosto	77
Figura 63 – Fólio 114 r. – vestígio de fita adesiva	78
Figura 64 – Fólio 1r. – <i>Numero</i> 404	78
Figura 65 – Fólio 4r. – <i>Numero</i> 406	78
Figura 66 – Fólio 116r. – <i>Numero</i> 489	78
Figura 67 – Fólio 20r. – exemplo de numeração a lápis	79
Figura 68 – Fólio 114r. – ocorrência de asterisco	79
Figura 69 – Fólio 1r. – vestígios de umidade e poeira	79
Figura 70 – Fólio 98r. – vestígios de umidade e poeira	79
Figura 71 – Fólio 64r. – fólio com linha cortada	80
Figura 72 – Fólio 78r. – fólio com linha cortada	80
Figura 73 – Fólio 77r. – corrosão em letra maiúscula	81
Figura 74 – Fólio 77v. – corrosão por tinta repassada	81
Figura 75 – Marca d’água presente nos fólhos de número: 5, 6, 11, 12, 21, 27, 30, 50, 51, 55, 65, 68, 77, 94 e 96.	82
Figura 76 – Marca d’água presente nos fólhos de número: 19, 43, 45 e 47	82
Figura 77 – Marca d’água presente nos fólhos de número: 9, 37, 38, 39, 56, 57 e 58	82
Figura 78 – Marca d’água presente nos fólhos de número: 106 e 107	83
Figura 79 – Marca d’água presente no fólio de número: 49	83
Figura 80 – Marca d’água presente no fólio de número: 64	83
Figura 81 – Marca d’água presente nos fólhos de número: 62 e 63	84
Figura 82 – Marca d’água presente no fólio de número: 46	84
Figura 83 – Marca d’água presente nos fólhos de número: 1, 2 e 48	84
Figura 84 – Marca d’água presente nos fólhos de número: 3, 10, 13, 20, 23, 24, 28, 29, 52, 53, 69, 78 e 63.	85
Figura 85 – Marca d’água presente nos fólhos de número: 36 e 79	85
Figura 86 – Fólio 65r. – mancha de líquido	86
Figura 87 – Fólio 79r. – corrosão por papirófago	86
Figura 88 – Fólio 80r. – selo corroído por papirófagos	86
Figura 89 – Fólio 81r. – corrosão por papirófagos	87
Figura 90 – Fólio 97r. – selo colado na margem superior	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Letra A	38
Quadro 02: Letra B	39
Quadro 03: Letra C	40
Quadro 04: Letra D	41
Quadro 05: Letra E.....	42
Quadro 06: Letra F.....	43
Quadro 07: Letra G	44
Quadro 08: Letra H.....	45
Quadro 09: Letra I.....	46
Quadro 10: Letra J	47
Quadro 11: Letra L.....	48
Quadro 12: Letra M.....	49
Quadro 13: Letra N	50
Quadro 14: Letra O	51
Quadro 15: Letra P.....	52
Quadro 16: Letra Q	53
Quadro 17: Letra R	54
Quadro 18: Letra S.....	55
Quadro 19: Letra T.....	56
Quadro 20: Letra U	57
Quadro 21: Letra V	58
Quadro 22: Letra X.....	59
Quadro 23: Letra Z.....	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tipos de documentos identificados no <i>corpus</i>	92
--	----

SUMÁRIO

1	Introdução	14
2	Santa Catarina na época do códice: breves informações históricas	17
3	A Edição do <i>corpus</i>	22
3.1	Opção pela edição semidiplomática	22
3.2	Normas adotadas na transcrição	23
3.3	O uso de edição fac-similar – um complemento para a edição semidiplomática	25
4	Aspectos paleográficos do códice	27
4.1	Descrição Paleográfica Geral do Códice	27
4.2	Identificação de diferentes punhos através de quadros	37
4.3	Traços de oralidade recorrentes em um documento do <i>corpus</i> : um contraste com a correspondência oficial.....	61
5	A composição do códice: aspectos codicológicos	74
5.1	O Livro Manuscrito – descrição do estado físico do códice e hipótese sobre sua composição	75
6	A Identificação Diplomática dos Documentos Estudados.....	88
6.1	Seriam ofícios todos os documentos estudados?	89
6.2	As dúvidas surgidas durante a tentativa de identificação dos documentos do corpus	91
6.3	As definições e caracterizações dos tipos documentais identificados no corpus.....	93
6.4	Verbetes descritivo.....	94
7	Edição dos Documentos.....	96
8	Considerações Finais.....	240
	Referências	241

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva fundamentalmente apresentar a edição de parte do códice intitulado “Ofícios do Vice-Rei para o Governador da Capitania 1793/98”, composto de 107 documentos, totalizando 117 fólios escritos no período de 11 de janeiro de 1793 a 21 de dezembro de 1798. Este códice encontra-se no Arquivo Público de Santa Catarina, sob a cota 16.446, F.C.F HG.

Para esta dissertação, optou-se por um recorte composto de 68 documentos, num total de 69 fólios. A decisão de não editar o códice na íntegra baseou-se em critérios de legibilidade, estado de conservação e tempo disponível para a pesquisa.

Primeiramente pretendia-se somente rever a transcrição prévia desses documentos, adequando-os às Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil, de 1998, com a finalidade de dar a público a transcrição rigorosa dos documentos em estudo, de modo a fornecer ao estudioso de diferentes áreas de pesquisa uma fonte fidedigna de consulta.

Contudo, o contato com o códice, em razão da transcrição, acabou originando questionamentos e hipóteses acerca de sua composição, criação, origem, etc. Com o propósito de responder a tais questionamentos e hipóteses, tomou-se a decisão de estender o estudo do códice, abordando brevemente aspectos de natureza codicológica e paleográfica.

O título atribuído tardiamente ao códice estudado leva o consulente a crer que encontrará somente o tipo de documento indicado – ofícios – os quais teriam como remetente somente o vice-rei e como destinatário o governador. No entanto, o que se constatou durante a transcrição do *corpus* é que este é composto de um conjunto de correspondências enviadas ao governador, por mais de um remetente (vice-rei, ajudantes de ordens, secretários oficiais, etc.), com tipologias diferentes (listagens, ofícios, cartas, cópias de alvarás, etc.).

Diante do contraste entre o título do códice e o seu conteúdo, buscou-se na Diplomática os elementos para identificar adequadamente os documentos em estudo. Portanto, ao abordar aspectos diplomáticos, paleográficos, codicológicos e históricos, objetiva-se caracterizar o *corpus* como um conjunto heterogêneo de documentos, os quais venham a servir de fonte fidedigna para futuros estudos filológicos, lingüísticos, históricos e culturais do período.

Em 1999, no sexto semestre do curso de Letras na Universidade Federal de Santa Catarina, na disciplina de Filologia Portuguesa, fora proposto ao corpo discente a colocação

em prática do conteúdo teórico abordado em sala de aula. Cabia a todos realizar em conjunto uma transcrição e uma breve abordagem codicológica de diferentes códices pré-selecionados da documentação brasileira do século XVIII, encontrada no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Este trabalho foi possível graças a uma parceria entre o NEP – Núcleo de Estudos Portugueses¹ e o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina². Também era vital para a disciplina que se realizasse um recorte histórico de algum ponto que chamasse a atenção ao longo da transcrição.

Passados quase cinco anos, a oportunidade de aprofundar os estudos dessa documentação se deu a partir de uma conversa informal com o professor Dr. Heitor Megale, que estendeu o convite a participar da linha de pesquisa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH – USP, no programa de pós-graduação.

Ao reler o trabalho realizado durante a graduação, criou-se uma enorme expectativa de continuar a colher os frutos daquela experiência gratificante que havia sido o trabalho no arquivo com aquela documentação. A lembrança daquela época acabou transformando-se em uma grande vontade de (re)iniciar os estudos da documentação escrita, utilizando critérios mais rigorosos para editar os documentos estudados, a fim de entender a sociedade colonial da capitania catarinense, observar os fatores lingüísticos, grafemáticos, estruturais que continha aquele códice.

A decisão de editar os documentos aumentava a cada leitura da transcrição feita em 1999, e a proposta de assumir uma postura científica mais rigorosa com relação a esses documentos se concretizou no momento em que os primeiros questionamentos eram levantados.

Este trabalho compõe-se das seguintes partes: 1. introdução, onde constam os objetivos a que este trabalho se destina e a justificativa da escolha desta área de concentração; 2. Santa Catarina na época do códice: breves informações históricas, em que procura contextualizar o códice visando compreender melhor os conteúdos abordados nos documentos, assim como apresentar biograficamente os principais personagens do códice; 3. a edição do

¹ O NEP é um núcleo de pesquisa que objetiva desenvolver estudos sobre a língua e a literatura de expressão portuguesa, promovendo o intercâmbio entre as diversas culturas do mundo lusófono.

² A lei número 1.196 de 26 de Setembro de 1918, no governo de Felipe Schmidt, fundou o primeiro Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Nessa ocasião, o fato de ter sido instaurado por lei e por não ter sido designado um diretor responsável pela sua organização e cuidado acabou provocando sua extinção natural. Treze anos mais tarde, por meio de outro decreto, o de número 186 de 28 de Dezembro do ano de 1931, no governo do Interventor Federal Ptolomeu de Assis Brasil, o Arquivo Público Catarinense fora “recriado” e assim como da primeira vez, acabou sendo extinto. Somente em 1960, no governo de Heriberto Hulse, o Arquivo Público foi então, mais uma vez, restabelecido e reestruturado, desta vez subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça. Hoje em dia, o Arquivo está subordinado à Secretaria de Estado da Administração.

corpus, capítulo em que apresenta-se qual tipo de edição será empregado na transcrição dos documentos, juntamente com as normas que foram adotadas; 4. aspectos paleográficos do códice, capítulo que descreve paleograficamente o códice em geral, apresenta uma demonstração de diferentes punhos através de tabelas e procura levantar traços de natureza fonológica de um manuscrito dentro do códice; 5. aspectos codicológicos, capítulo que visa descrever o códice sob a ótica codicológica para responder aos questionamentos acerca de sua composição; 6. a identificação diplomática dos documentos estudados, capítulo que procura demonstrar que o códice é composto de diferentes tipologias, a elucidação metodológica dos critérios adotados na identificação e as normas adotadas na confecção do verbete descritivo; 7. a edição dos documentos do *corpus* selecionado e os seus respectivos verbetes; 8. considerações finais e 9. referências bibliográficas utilizadas ao longo do trabalho³.

³ Este trabalho segue as normas da ABNT 14724: 2005, exceto o capítulo 7 (sete) que apresenta as margens das margens alteradas em razão da transcrição justa linear.

2 SANTA CATARINA NA ÉPOCA DO CÓDICE: BREVES INFORMAÇÕES HISTÓRICAS

As informações recolhidas neste capítulo procuram contribuir para a contextualização dos documentos constantes do código, requisito para a compreensão, em linhas gerais, dos conteúdos tratados nos documentos estudados. No intento de caracterizar, do ponto de vista histórico, a capitania catarinense desde seus primórdios, ou seja, desde a fundação das primeiras capitanias até a organização política e econômica do período de que datam os documentos em questão, buscaram-se dados em diversas fontes de pesquisa. O que se evidenciou, entretanto, é que, dentre os diversos autores pesquisados, muitos dos fatos históricos e datas apareciam muitas vezes divergentes e até mesmo confusos.

Segundo Rocha Pombo, com relação à criação da capitania do Rio de Janeiro, que tinha a jurisdição das demais capitanias do sul do país, pode afirmar que, ao final do século XVII, a Ilha do Desterro⁴ e São Pedro do Rio Grande eram administradas pela capitania do Rio de Janeiro:

Em 1652 foi estabelecida a Relação da Bahia (por lei de 12 de Setembro) unificada assim a administração da justiça em todo o paiz. – Só um seculo mais tarde é que se modifica esta organização judiciária creando-se a relação do Rio de Janeiro, compreendendo as capitanias do Sul, desde a do Espírito Santo até á de S. Pedro do Rio Grande (Capitania d’El-rei) bem como outras muitas novas comarcas do interior. (ROCHA POMBO, 1905: 411).

Cabia à metrópole administrar, organizar política e administrativamente as terras do Brasil, mas não havia meios ágeis de comunicação, o território era vasto e selvagem e nem sempre encontravam-se soluções para os problemas que surgiam. Quanto à organização colonial, era feita principalmente por militares, tendo as capitanias um governador, um chefe civil e militar, um capitão-mor e seus vereadores. Segundo afirma Cabral,

Com a criação da Capitania de São Paulo, em 1709, Santa Catarina, que até então estava sob jurisdição direta da Capitania do Rio de Janeiro, passou a pertencer ao nôvo govêrno e, por êsse motivo, vimos a autoridade que sôbre as suas vilas exerceram os Governadores de São Paulo. (CABRAL, 1968: 54)

Sendo assim, no início do século XVIII, foi determinado ao capitão Manoel Gonçalves de Aguiar percorrer o litoral sul a fim de averiguar a potencialidade econômica da região. O objetivo principal era conquistar o Rio Grande, terra então dominada pelos bandeirantes vicentistas. Anos mais tarde, o mesmo capitão foi incumbido de percorrer a costa descendo

⁴ Hoje conhecida como Florianópolis.

até Laguna, que no ano de 1714 foi elevada à categoria de vila. Tentando reorganizar as demais vilas que ali estavam sendo criadas, esse capitão teve papel relevante, pois expulsou moradores que arruinaram as aldeias, para que, posteriormente, a coroa conseguisse alcançar extremo sul.

Durante a segunda década desse século, ainda segundo Cabral, Manoel Manso de Avelar, um dos principais povoadores da ilha de Santa Catarina, e Brito Peixoto, capitão-mor da vila de Laguna, entram em conflito. Em 1719, chega ao sul o ouvidor geral e corregedor da capitania de São Paulo, Rafael Pires Pardinho, que, com a ajuda de Brito Peixoto⁵, depois de auxiliar o desenvolvimento da vila de Laguna, Ilha do Desterro e São Francisco, procurou deixar claro, através de provisões e estabelecimento da ordem, que neste período a soberania emanava somente do rei.

Na terceira década do século XVIII, a colônia do Sacramento e a tomada de Montevideú colocaram em xeque a fragilidade da defesa lusitana e, somando-se à crescente preocupação da Coroa em colonizar as terras da costa sul do Brasil (havia a preocupação com outras invasões, o que acarretaria a perda de outros territórios), a administração colonial envia ao sul o brigadeiro Silva Paes, de modo que este preservasse o domínio do solo e organizasse a costa sulista. Silva Paes afirmava que era necessário estabelecer uma defesa na ilha de Santa Catarina, para que pudesse, acima de tudo, servir como porto de passagem, de descanso e de abastecimento militar na reconquista das terras perdidas.

Alguns anos mais tarde, quando o então governador geral da capitania de São Paulo, o conde de Sarzedas, faleceu, Gomes Freire assumiu interinamente o lugar e sugeriu à Corte uma centralização administrativa da costa sul brasileira. Foi então que a Coroa portuguesa, através de Provisão Régia de 11 de agosto de 1738, desincorporou os territórios da ilha de Santa Catarina e o continente do Rio Grande de São Pedro da jurisdição de São Paulo, passando-os para o Rio de Janeiro. Portanto, a partir dessa data, a capitania de Santa Catarina foi criada administrativamente.

Dessa forma, Santa Catarina ficou subordinada diretamente aos vice-reis do Brasil. Eram esses que concentravam em suas mãos a grande autoridade administrativa e judiciária aos quais se subordinavam os capitães-generais e governadores das capitanias.

Meses mais tarde, em 7 de março de 1739, o brigadeiro Silva Paes assume o comando militar e do governo, tornando-se assim o primeiro governador da capitania catarinense. Esse

⁵ Consta que Brito Peixoto foi homem que trabalhou ao serviço de Sua Majestade por toda a sua vida e, mesmo enviando vários requerimentos ao Rei, até a sua morte nunca conseguiu obter do soberano nenhum reconhecimento de seus méritos.

governador conseguiu unificar a vila de Laguna em 1742, e, anos mais tarde, o povoado de Nossa Senhora do Rio São Francisco. Conforme Flores:

Com a criação da capitania, em 1738, a vila de Desterro foi aos poucos adquirindo foros de capital. Nela se instalaram as repartições fiscalizadoras e distribuidoras de justiça. Os governadores eram enviados pela Corte para fazer a administração debaixo das ordens reais, que vinham expressas em forma de Resoluções, Alvarás, Ordens reais, cartas reais, Avisos. (FLORES, 2004:42)

Nos anos subseqüentes, a capitania catarinense foi se desenvolvendo, servindo não somente como posto de passagem aos viajantes, mas também como local de reparos de navios, haja vista a economia madeireira abundante. Foi sendo consolidada, aos poucos, a idéia de que a ilha e demais vilas catarinenses tinham também valor econômico e não só geográfico, como acreditava-se no início do século XVIII.

Em 1777, entretanto, os efeitos da guerra entre Espanha e Portugal chegam à capitania. A invasão espanhola ocorrida em 24 de fevereiro de 1777 durou até 31 de julho de 1778, quando a ilha de Santa Catarina foi devolvida aos portugueses.⁶ Praticamente não há registros do que se sucedeu na Ilha e demais vilas durante estes 16 meses de ocupação⁷.

Quando Portugal reassumiu o controle da capitania, novos governadores tomaram posse e tentaram organizar novos regimentos. Porém, o déficit nas finanças era tão acentuado que praticamente durante toda a última década do século XVIII os soldados ficaram sem soldo.

Esses problemas e muitas outras dificuldades teve que enfrentar, em 1793, data do primeiro documento pertencente ao códice, o então governador tenente-coronel Manoel Soares de Coimbra. Natural do Rio de Janeiro, foi o primeiro brasileiro a comandar a capitania catarinense. Soares Coimbra descendia de Salvador Corrêa de Sá e Benevides⁸. Antes de assumir o posto de governador, em 1791, exercia o posto de ajudante das ordens do vice-rei, o conde de Resende. Como militar, preocupou-se em completar os efetivos da tropa, e lançou a pedra fundamental da edificação de um aquartelamento – o do forte São João. Com o início das obras, o prestígio desse governador gerou conflitos internos, sendo feitas denúncias sobre sua honra e conduta. Em razão disso, Soares Coimbra governou somente de

⁶ A invasão espanhola ocorreu pelo norte da Ilha, pela praia de Canasvieiras. Não houve um só tiro disparado. Mesmo sofrendo duras críticas, os militares responsáveis pela defesa da capitania catarinense passaram anos até que fossem punidos pela omissão e falha quando da invasão. Muitos deles tentaram se eximir da culpa, mas acabaram morrendo nas prisões portuguesas.

⁷ Segundo a historiadora Maria de Fátima Piazza, os prejuízos da capitania foram grandes na área econômica, pois a pesca e as armações diminuíram as atividades, hospitais destruídos, roubo de ouro, dentre outros fatores.

⁸ Foi governador da capitania do Rio de Janeiro em 1655. Em 1657 requereu terras em Santa Catarina, doação que o rei nunca lhe concedeu.

17 de janeiro de 1791 até 08 de julho de 1793. Mesmo tendo ido ao Rio de Janeiro e tendo sido absolvido das acusações, a repercussão desse afastamento gerou inúmeros boatos⁹ que, somados a outros fatores, ocasionaram o definitivo afastamento do tenente coronel Manoel Soares Coimbra do cargo de governador, tendo sido substituído pelo governador interino João Alberto de Miranda Ribeiro.

João Alberto de Miranda Ribeiro governou de 08 de julho de 1793 até 19 de janeiro de 1800, data de seu falecimento. Entre 1793 e 1799, continuou as obras do aquartelamento iniciadas por Soares Coimbra, mas nunca empenhou-se tanto quanto o primeiro. Tendo sido de grande serventia por sua localização, o forte São João serviu por muitos anos como armazém das tropas militares e também como estabelecimento de controle sanitário, estação quarentenária e de enfermaria militar. O governador interino João Alberto de Miranda Ribeiro estabeleceu duas colônias militares a caminho de Lages¹⁰, enfrentou problemas na agricultura¹¹ e na economia. Cabe ainda, como última referência ao governador interino, citar o relatório que o governador enviou em 1797, um ano antes do último documento que consta do códice em estudo. Nesse relatório, Miranda Ribeiro diz que, na época, a população da ilha de Santa Catarina compunha-se de 24.892 habitantes, a de Laguna era de 4.312 e a de São Francisco era de 4453. Em toda a capitania havia 884 engenhos de mandioca, 192 produtores de aguardente, 63 engenhos e fábricas de açúcar; 2 bergantins, 1 penque, 9 sumacas e 6 lanchas e que a produção baleeira estava em ascensão¹².

Uma vez que a intitulação do livro manuscrito trata de correspondências enviadas aos governadores acima identificados, pelo vice-rei conde de Resende, esse é aqui considerado o personagem mais importante nomeado no códice. O conde de Resende, ou melhor, o 2º. Conde de Resende, nasceu em Lisboa em 19 de agosto de 1744 e faleceu em 23 de março de 1819. Governou de 19 de agosto de 1790 a 23 de março de 1801. e era filho do 1º. Conde de Resende, D. António José de Castro.¹³ Durante seu governo, o Conde Resende, D. Luis, não foi popular, logo no início enfrentou a Inconfidência Mineira, que resultou na execução de

⁹ Comentários feitos pelo ajudante das ordens ao governador interino podem ser observadas no documento de número 10, fôlio de número 12

¹⁰ Cidade serrana que faz fronteira com o Rio Grande do Sul, mais especificamente com a cidade de Vacaria. Localiza-se hoje a aproximadamente 130 quilômetros de Florianópolis, antiga Desterro.

¹¹ Segundo Oswaldo Cabral (1968) a cultura do anil, do fumo, do arroz e do algodão não deram certo, cabendo somente à mandioca, aguardente e à madeira as fontes de renda.

¹² Dados extraídos de CABRAL, 1968.

¹³ O que se sabe com relação ao 1º. conde de Resende é que este ganhou o título de conde quando da criação da capitania de Ilhéus. Antes de sua incorporação à capitania da Bahia de Todos os Santos ela já havia sido negociada com a Coroa pelo donatário D. Antônio José de Castro, almirante da armada portuguesa, em troca do título para si, de conde de Resende, e da nomeação do seu filho D. José de Castro, 2º conde de Resende, para o cargo de vice-rei do Brasil.

Tiradentes. Considerado pessoa de difícil trato, procurou acima de tudo fazer prosperar a colonização, restringiu despesas públicas, procurou melhorar a condição sanitária do Rio de Janeiro e também embelezou a capital. Durante seu mandato, um incêndio destruiu o Arquivo do Senado do Rio de Janeiro, tendo-lhe sido atribuída a culpa pelo incidente. Até hoje, o Conde de Resende é conhecido como não apreciador da arte e da cultura. “*De volta a Portugal, foi promovido ao posto de tenente-general, passando a viver de forma reclusa em seu palácio do Campo de Santa Clara, em Lisboa*”. (VAINFAS, 2000: 135)

Durante o mandato do vice-rei conde de Resende, um ajudante de ordens mereceu destaque não só pela quantidade de correspondências assinadas por ele, mas também pela peculiaridade de seus conteúdos. Ou seja, quando a edição destes documentos estava sendo realizada, as saudações e despedidas desse ajudante de ordens para com o(s) governador(es) chamaram a atenção. Considerando-os amigos e senhores do coração, e se dizendo muito seu amigo e obrigadíssimo e fiel amigo, Gaspar José de Mattos Ferreira e Lucena não poucas vezes solicitava favores a si e aos seus amigos. Esta prática, por mais usual que fosse na época, acabava por intrigar sempre que o conteúdo do documento fosse analisado mais atentamente¹⁴. Inusitadamente, descobriu-se que o próprio Oswaldo Cabral¹⁵ tem as mesmas impressões acima referidas. Leia-se o relato dele sobre Gaspar José de Mattos Ferreira e Lucena, o que dispensa qualquer comentário:

Despedido do emprêgo – o que teria êle feito? – foi mandado pelo Vice-Rei para o seu Regimento de Dragões, no Rio Pardo. Mas o homem tinha consolidado, com aquela maneirosa subserviência, as suas amizades. Tinha seus pistolões... Tanto assim que, quando chegou de Lisboa a notícia – e, certamente, também os seus pedidos – veio imediatamente de lá a ordem de voltar para o Rio e a ser readmitido como Ajudante de Ordens... efetivo! Em 1797, meteu-se numa grande patifaria. Organizou uma lista de promoções para os Corpos Milicianos e, sem dar conhecimento ao Vice-Rei... ...este Coronel Gaspar era um bajulador emérito... (CABRAL, 1950: 156 e 159)

¹⁴ Atividade imperiosa em razão da composição do verbete descritivo (que será tratado mais adiante).

¹⁵ Citações de trechos de manuscritos permeiam a obra *História de Santa Catarina*, 1968 de Oswaldo Cabral, sendo que alguns destes trechos são os ofícios que compõem o códice editado nesta dissertação.

3 A EDIÇÃO DO *CORPUS*

3.1 Opção pela edição semidiplomática

Conforme afirmou-se no capítulo introdutório, esta dissertação de mestrado tem como objetivo principal tornar o códice estudado acessível tanto a um público mais leigo quanto aos estudiosos que procuram fonte fidedigna para suas pesquisas. Para que esse objetivo seja alcançado, a escolha do tipo de edição é de suma importância. Diferentes tipos de edição apresentam-se ao filólogo, entretanto, cabe ao estudioso priorizar através do público-alvo e dos componentes materiais de que dispõe, qual o tipo de edição que melhor corresponde ao seu objetivo. Espera-se não só tornar a leitura dos documentos mais acessível, como também, através da edição, responder às dúvidas e questionamentos surgidos ao longo do processo de composição desta dissertação. Além disso, é de extrema importância preservar o estado de língua destes documentos.

De acordo com Cambraia (2005) existem duas diferenças primordiais entre os tipos de edição: existem as edições gerais¹⁶ que variam de acordo com o material, qualidade do suporte, sistema de registro, integridade do texto, etc., e existem os chamados tipos fundamentais de edição¹⁷.

Ainda segundo este autor, a decisão de qual tipo de edição se deve adotar depende da análise de dois aspectos principais: se há edições anteriores àquela que se propõe realizar e o público-alvo que se espera atingir. Como não há registro de edições anteriores, o segundo fator, neste caso, se torna ainda mais relevante. Com relação ao público-alvo, observa-se, segundo a afirmação do autor, que “*a importância de se pensar no público-alvo está no fato de que dificilmente uma mesma edição é adequada para todo tipo de público, pois são diferentes seus interesses...*” (CAMBRAIA, 2005: 90).

Diante desta afirmação, juntamente com a conscientização prévia de que o público-alvo almejado é consideravelmente abrangente, acabou-se encontrando na edição semidiplomática a melhor definição de edição a ser aplicada neste trabalho, pois nesse tipo de edição a transcrição dos documentos apresenta um grau de interferência, ou de mediação, médio, onde

¹⁶ Este tipo de edição emprega-se mais em edições de documentos literários. São exemplos de edições gerais: de bolso, compacta, popular, de luxo, limitada, comemorativa, integral, abreviada, autorizada, clandestina, etc.

¹⁷ Classificam-se aqui cinco tipos de edição fundamental, ou seja, edições que tratam da forma como se estabelece o texto: a fac-similar ou mecânica (reprodução como fotografia, ou xerografia); a diplomática (reprodução fiel do documento original, em que se preserva a grafia, sinais, lacunas, abreviações etc); a semi-diplomática ou paleográfica (desmembramento de abreviaturas, sinais etc); a interpretativa, a genética e a crítica (reprodução que busca a última vontade do autor, é o tipo que busca uma fidelidade maior do original).

“...realizam-se modificações para tornar mais apreensível por um público que não seria capaz de decodificar certas características originais, tais como os sinais abreviativos”. (CAMBRAIA, 2005: 95). Segundo Spina, em *Introdução à Edótica* (1921: 79), a edição semidiplomática pode também ser denominada de diplomático-interpretativa por entender que a eliminação das dificuldades paleográficas, desenvolvimento de abreviaturas e inserção de palavras ou letras já constitui um tipo de interpretação.

De qualquer maneira, optou-se pela edição semidiplomática por acreditar-se que este tipo de edição auxilia na aproximação do leitor com o texto, torna a leitura facilitada e ainda assim pode ser utilizado por lingüistas e historiadores, por exemplo, que procuram nas transcrições confiabilidade do que foi escrito originalmente.

Tendo-se conceituado e justificado o tipo de edição a ser empregado, passa-se a seguir a apresentar as normas de transcrição empregadas para os documentos que compõem o corpus deste estudo. A base normativa adotada foi extraída das *Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil*, elaboradas durante o *II Seminário para a História do Português Brasileiro*, em 1998, tendo sido acrescentadas as normas de número 19, 20 e 21.

3.2 Normas adotadas na transcrição

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas, obedecendo os seguintes critérios:
3. Respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiosincrasias ortográficas do escriba, como no caso da ocorrência “munto”, que leva a abreviatura “m.^{to}” a ser transcrita como “munto”; e
4. No caso de variação no próprio manuscrito ou em coetâneos, a opção será para a forma atual ou mais próxima da atual, como no caso de ocorrências “Deos” e “Deus”, que levam a abreviatura “D.^s” a ser transcrita como “Deus”.
5. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: “efiel”; “esuas”; “seachavão”; “deterrenos”; “comunicalo”.
6. A pontuação original será rigorosamente mantida. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo escriba, será marcado: [espaço]. Exemplo: “Meo Amigo, e Senhor. [espaço] Em cartas de 11 e 16 de Ianeiro do presente anno...”.

7. A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração. Exemplos: “saude”; “sómente”; “algũas”; “Iose de Mattos”; “obzequialo”; “divida”; “obrigadissimo”; “hé seo”.
8. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.
9. Eventuais erros do escriba ou do copista serão remetidas para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção. Exemplo: “nota 1. “Seriço” por Serviço”; “nota 2. “pestar-lhe” por “prestar-lhe”.
10. Inserções do escriba ou do copista na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior entram na edição entre os sinais < >, na localização indicada. Exemplo: < Copia >.
11. Supressões feitas pelo escriba ou copista no original serão tachadas. Exemplo: “todos ninguém dospresentes assignarom”; “~~sahiram~~ sahiram aspressas para oadro”.no caso de repetição que o escriba ou copista não suprimiu, passa a ser suprimida pelo editor que a coloca entre colchetes duplos. Exemplo: “fugi[[gi]]ram correndo [[correndo]] emdireção opaço”.
12. Intervenções de terceiros no documento original aparecerão em nota de rodapé, informando-se a localização.
13. Intervenções do editor hão de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem a dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes. Exemplo: “não deixe passar neste [registro] de Areas”.
14. Letra ou palavra não legível por deterioração justificam intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [ilegível].
15. Trecho de maior extensão não legível por deteriorização receberá a indicação [corroídas + 5 linhas]. Se for o caso de trecho riscado, cortado ou inteiramente anulado por borrão ou papel colado em cima, será registrada a informação pertinente entre colchetes e sublinhada.
16. A transcrição será justalinear.¹⁸ A mudança de fôlio receberá a marcação com o respectivo número na seqüência de duas barras verticais: || 1v.|| 2v. || 3r.||.

¹⁸ Esta norma foi alterada, consta da norma “a divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo de texto, na edição, pela marca de uma barra vertical: | entre as linhas”. Entretanto, uma vez que será

17. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco. Essa numeração será encontrada à margem direita na mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua.
18. As assinaturas simples ou as rubricas serão sublinhadas. Os arabescos ou adornos do início ou final de assinatura serão omitidos.
19. As datas cronológicas serão sublinhadas, se assim constar no manuscrito. Para diferenciar o sublinhado das assinaturas, será utilizado sublinhado duplo.
20. O sinal // que segue as datas cronológicas é transcrito como „ Exemplo: Rio de Janeiro 22 „, de Dezembro de 1797 para diferenciar do uso das barras duplas, quando houver.
21. Para obter-se distribuição equilibrada do texto na página com o fac-símile, convencionou-se que o espaçamento entre as linhas do documento será duplo nos mais breves (que ocupam menos de uma página) e simples nos mais longos (que ocupam uma página ou mais).

3.3 O uso de edição fac-similar – um complemento para a edição semidiplomática

A escolha de editar mecanicamente os documentos neste trabalho se deu, primeiramente, por uma razão muito simples. Se um dos objetivos almejados é ter um conhecimento mais aprofundado do códice estudado, com o propósito de aproximar o leitor do *corpus* selecionado, a edição mecânica ou fac-similar, contribui significativamente para este fim.

A edição *fac-similar* é a reprodução mecânica que se faz dos documentos através de diferentes técnicas e procedimentos. Também chamada de *fac-símile* ou *fac-similada*, este tipo de edição concede ao trabalho a mais fiel das edições, ou seja, não há nenhuma mediação entre o editor e o documento. A grande vantagem deste tipo de edição é que permite uma aproximação maior do leitor especializado, propiciando a ele a oportunidade de interpretar o texto através da visualização do documento original com relação aos aspectos paleográficos, codicológicos¹⁹, dentre outros. Outra característica positiva é a preservação dos documentos, pois, com esse tipo de edição, não é necessário que o pesquisador recorra aos originais cada

utilizado o fac-símile do documento ao lado da transcrição, convencionou-se editar estes documentos de forma justalinear.

¹⁹ Neste trabalho, a edição fac-similar, por se tratar de fotografia, contribuiu para a análise dos aspectos codicológicos, mas não pode ser usado com regra. Por esta razão, a análise codicológica dos documentos foi feita principalmente a partir do exame do original e subsidiariamente a partir das fotos. O uso de microfilme, por exemplo, mesmo sendo sendo um fac símile, acaba incapacitando este tipo de estudo.

vez que queira avançar em suas investigações. Entretanto, de acordo com Cambraia, este tipo de edição apresenta também algumas desvantagens:

Este tipo de edição... Por outro lado, tem a desvantagem de poder ser consultada apenas por especialistas, porque pressupõe a capacidade de se ler um texto na escrita original... (CAMBRAIA, 2005: 91,92)

Os pontos desfavoráveis que a edição fac-similar apresenta não são aqui preocupantes, pois optou-se em apresentar esta edição como um aparato auxiliador na tarefa primordial deste trabalho, que é a edição semidiplomática. Por esse motivo, a edição fac-similar aparecerá ao lado da transcrição dos documentos, para que o leitor do *corpus* visualize melhor os documentos, podendo averiguar os elementos codicológicos, diplomáticos e paleográficos (que serão abordados em outras seções desta dissertação) com maior nível de detalhe.

As técnicas de edição fac-similar são variadas, sendo a microfilmagem a mais almejada hoje em dia nos arquivos brasileiros. O Arquivo Público de Santa Catarina, porém, ainda não conta com esta técnica de reprodução documental. Para resolver essa questão optou-se por utilizar a técnica da fotografia, o que acabou auxiliando em exemplificações visuais ao longo do trabalho, assim como em fatores econômicos de custo e tempo.

4 ASPECTOS PALEOGRÁFICOS DO CÓDICE

Paleografia²⁰, do grego *paleos* = antigo + *graphein* = escrita, é a ciência que trata das escrituras antigas, de seu conhecimento e interpretação. É a arte de ler documentos. O paleógrafo, enquanto pesquisador, estuda as características intrínsecas e extrínsecas de um documento, permitindo sua leitura e compreensão.

Em uma análise paleográfica, inúmeros são os fatores que podem ser analisados, sempre levando-se em conta os objetivos que se quer alcançar. Neste capítulo, o principal objetivo é responder aos seguintes questionamentos: qual a letra empregada no códice, quais são suas características gerais, se esse *corpus* é redigido por um único punho ou por vários, assim como também apresentar uma seção expositiva de traços de oralidade na escrita de um documento do códice.²¹

4.1 Descrição Paleográfica Geral do Códice

Berwanger e Leal (1995:70) afirmam que “a análise paleográfica tem por objetivo informar as características dos documentos paleográficos, possibilitando uma virtual visualização dos aspectos que lhe são marcantes.” Sendo assim, fará parte integrante desta seção uma breve abordagem descritiva a respeito dos aspectos paleográficos pertencentes ao corpus selecionado, uma vez que estes aspectos, além de serem imprescindíveis em um trabalho de cunho filológico, tornam-se fundamentais para uma maior aproximação do leitor deste trabalho com os documentos manuscritos.

²⁰ Desde a Idade Média havia, entre os estudiosos da época, uma série de trabalhos de caráter paleográfico, mas essa ciência como se organiza hoje em dia, data somente do final do século XVII.

Credita-se à Guerra dos Trinta Anos (1618 – 1648) a responsabilidade pelo aparecimento de estudos paleográficos, devido a um número elevado de documentos falsificados que demandaram de juízes em tribunais o trabalho de realizar um estudo minucioso de comparação de papel, tinta, e traço das letras. Uma boa parte desses documentos considerados falsos faziam parte do arquivo dos monges beneditinos franceses, a tradição documental dessa congregação havia sido posta em dúvida. Para solucionar este impasse, um dos seus membros mais ilustres, o monge Jean Mabillon, publica o trabalho *De Re Diplomática* como uma espécie de defesa.

A partir dessas afirmações pode-se dizer que a Paleografia e a Diplomática confundem-se em suas origens. Entretanto, foi o beneditino francês D. Bernardo de Montfaucon, em 1708, o primeiro a usar a palavra “Paleografia”, quando intitulou de uma de suas obras de *Palaeographia Graeca sive de ortu et progressu litterarum*. Esse religioso fundamentou assim uma nova ciência, delimitando à Paleografia um campo de ação mais restrito do que cabe à Diplomática. Devido a sua divulgação e à importância que cabia a esses estudos, foram instauradas escolas superiores de Paleografia. Segundo Acioli (1994: 7):

“A primeira escola foi fundada em Bolonha no ano de 1765. Logo após, foram criadas outras, ainda em território italiano: Milão e Florença. Em 1796 foi fundada em Portugal. Seguirá-lhe a França, em 1821, com a famosa ‘École des Chartes’...”

No Brasil, somente em fins do século XIX é que essa ciência começou a ser praticada. Somente em 1952 é que foi introduzida a Paleografia como disciplina complementar no curso de História da Universidade de São Paulo.

²¹ Os documentos que fazem parte desta seção não fazem parte do *corpus* que foi selecionado para ser editado. Portanto, esta seção apresenta trechos de documentos que não estão transcritos na íntegra.

É determinante observar que as características paleográficas que serão descritas e apresentadas no decorrer desta seção cabem tanto para o *corpus* quanto para todo o códice (diferentemente do que acontece nas descrições codicológicas e diplomáticas, onde se extraíram informações particulares dos documentos que compõem o *corpus*).

Os autores citados no início desta seção, Berwanger e Leal, em seu livro *Noções de Paleografia e Diplomática* 1995, apresentam um modelo para análise paleográfica, onde citam alguns aspectos gráficos que se julgam importantes na composição de uma descrição desta natureza. Portanto, adotar-se-ão alguns destes aspectos, dentre eles os que foram considerados mais importantes. Compreendem os seguintes aspectos: tipo de letra, peso da escrita, ângulo da escrita, letras maiúsculas e minúsculas, união de termos, pontuação, numeração e abreviaturas. Acredita-se que, ao realizar-se uma descrição breve dos aspectos citados acima, será possível responder a alguns dos questionamentos propostos neste capítulo, assim como proporcionar uma melhor compreensão com relação à letra e à caligrafia empregada no códice.

O tipo de letra ou escrita utilizada em Portugal e, conseqüentemente, no Brasil no final do século XVIII, de acordo com a classificação de vários autores, era chamada de escrita humanística cursiva liberal.

A escrita chamada pelos paleógrafos de humanista é, pois, uma escrita erudita, refeita a partir do modelo da escrita carolíngia. Por sua origem, ela foi, desde o início, uma escrita para livros. ...mas um tratamento cursivo também deu à escrita humanística uma grande utilização documental. (HIGOUNET, 2003: 143, 144)

Para elucidar sua origem, observa-se a afirmação proposta por Spina

...o novo estilo caligráfico redundou na chamada escrita humanística ou italiana, que entrou pelos séculos seguintes.” e continua “... o gótico triunfa sobre o Carolino, predomínio que se mantém evidente até o século XVI, época em que começa a competir com ele a escrita humanista ou italiana. (SPINA, 1977: 35)

Os documentos que compõem o códice utilizam-se da letra humanística, que tem como características uma escrita suave, traçada com penas pontudas, fortemente inclinadas para a direita, com todas as letras de uma palavra unidas entre si. Em alguns poucos casos as letras de uma mesma palavra não são tão unidas entre si o que varia de acordo com o punho, entretanto, este fato não se atribui ao uso de outro tipo de letra e sim às particularidades do próprio punho, conforme verifica-se nos exemplos abaixo:

Figura 1 – Fólio 26r., linha 319 – “mantimentoz”

Figura 2 – Fólio 29r., linha 369 – “esteja”

Outro aspecto a ser descrito é o peso da escrita. De acordo com o peso que o escriba punha na pena enquanto escrevia acabava determinando a espessura das letras. O aparo das penas era também importante. Segundo Figueiredo (1722), o aparo das penas era fator importante na composição do corpo da escrita. Muitas vezes, o peso da escrita acabava influenciando também a legibilidade, pois nos casos em que a escrita era muito suave, tornava difícil a leitura e análise paleográfica mais detalhada do documento, e quando alguns escribas tinham como característica um traço “pesado”, acabava muitas vezes acumulando-se tinta, o que pode causar problemas na interpretação de aspectos paleográficos.

Figura 3 – Fólio 47r., linha 540 – “Rejemento”

Figura 4 – Fólio 3v., linha 72 – “recomendo”

No *corpus* notaram-se poucas ocorrências da utilização do recurso de “rasgar a penada” (método utilizado com frequência. Neste tipo de recurso a pena era apertada contra o papel fazendo com que a pena se separasse em duas e assim a letra escrita ficava mais grossa, dando corpo às letras), dado que ocorreu com mais frequência nas letras capitais. Verifica-se o uso desta técnica nos exemplos abaixo:

Figura 5 – Fólio 77r., linha 918 – “Sendo”

Figura 6 – Fólio 9r., linha 143 – “Logo”

Outra característica observada no decorrer da escrita, que condiz com o tipo caligráfico humanístico cursivo, é a escrita inclinada para a direita. Poucos punhos componentes deste códice apresenta uma menor angulação da escrita. Alguns punhos apresentam, em contrapartida, uma escrita mais inclinada para a direita, conforme demonstram os exemplos a seguir:

Figura 7 – Fólio 5r., linha 104 – “elhe apresentassem os Auttos”

Figura 8 – Fólio 53r., linha 645 – “obrigado a mandar todos os annos”

O uso de letras maiúsculas e minúsculas é bastante irregular. Como não havia regras claras e rígidas quanto ao uso dessas letras, julgou-se esse o aspecto paleográfico causador de maiores dúvidas quando realizada a transcrição dos documentos. De uma forma geral, os punhos parecem obedecer a uma regra de início de parágrafos, nomes de pessoas ou lugares, assinaturas²². Entretanto, o uso indiscriminado de algumas letras na forma maiúscula também ocorre no meio de palavras (principalmente com relação às letras *c* e *l*), gerando muitos questionamentos e requerendo muita análise comparativa a fim de se chegar a um consenso.

Figura 9 – Fólio 51r., linha 602 – “oCaziaõ”

²² Na seção seguinte, quando se tratará dos diferentes punhos que compõem o códice, os quadros que serão incluídos, apresentam uma coluna referente às letras maiúsculas, portanto, pode-se constatar o emprego das letras maiúsculas e minúsculas de forma mais completa.

Figura 10 – Fólio 28r., linha 355 – “aLem”

Na grande maioria dos casos, o emprego das letras maiúsculas obedecia a ocorrência do ponto final e, em alguns casos, nota-se o emprego de maiúsculas no meio de sentenças. A hipótese levantada é que, nestes casos, o escriba procurava evidenciar a palavra no contexto do documento. Pode-se comprovar essas ocorrências através dos exemplos a seguir:

Figura 11 – Fólio 69r., linha 883 – “Madeiras de melhor qualidade”

Figura 12 – Fólio 69r., linha 886 – “o reconhecimento das Mattas”

Uma vez que o uso do ponto final foi citado, julga-se cabível tratar de forma breve os sinais de pontuação utilizados nestes documentos. Os escribas, mesmo não apresentando rigidez quanto ao uso de pontuação, parecem uniformizar certos sinais de acordo com a oralidade. A vírgula e o ponto final são os mais comuns; observa-se também o uso de pontuação nas abreviaturas. Em alguns documentos, durante a transcrição, foi preciso mais atenção quanto ao uso do til (~) e do acento agudo (´). Entretanto, como estas dúvidas ocorreram em somente alguns punhos, o uso dubio dos acentos foi atribuído à particularidade de escrita do punho.

Figura 13 – Fólio 52r., linha 618 – “tão”

Figura 14 – Fólio 52r., linha 619 – “hé”

Outra característica recorrente nos textos é o emprego de abreviaturas. A abreviatura é o modo de grafar determinadas palavras ou segmentos de palavras através da omissão de certas letras, com o objetivo de poupar tempo, material, espaço e tinta. Segundo Costa: “*Abreviatura, do grego braqui (curto) e graphein (escrever), é uma forma reduzida de se escrever uma palavra. O que se abrevia são sílabas, palavras ou frases de um conjunto escrito, das quais se reduz alguma ou algumas de suas letras*”. (COSTA, 2006) Sabe-se que o uso das abreviaturas surgiu da necessidade de uma maior rapidez de registro da palavra e também de economia, tanto de papel quanto de tempo. Durante algum tempo, o seu emprego fora tão banalizado que acabara por transformar ilegíveis alguns documentos. Durante o século XVIII, porém, o uso das abreviaturas era comum, mas não exagerado. Em geral, no *corpus*, o uso das abreviaturas por parte dos escribas é utilizado principalmente nos pronomes de tratamento, mas também é empregado nos nomes de lugares, de pessoas e até mesmo nas assinaturas.

Observou-se o uso de abreviaturas por *apócope* ou *suspensão* (abreviatura caracterizada pela supressão de elementos finais de palavra), *síncope* ou *contração* (abreviatura caracterizada por supressão de letras do meio de palavra), por *letras sobrescritas* (abreviatura caracterizada por sobrepor a última ou últimas letras da palavra) e *por sinal especial* (abreviatura caracterizada por apresenta algum tipo de sinal ou símbolo que indica os elementos de palavras omitidos). A abreviatura por síncope e por sinal especial apresentam ocorrência muito inferior em comparação com os outros tipos. Observa-se as exemplificações abaixo:

Figura 15 – Fólio 2r., linha 28 – ápócope ou suspensão – “Dom”

Figura 16 – Fólio 2r., linha 17 – ápócope ou suspensão – “Santa”

Figura 17 – Fólio 2v., linha 19 – apócope ou suspensão – “Vossa”

Figura 18 – Fólio 96r., linha 1170 – síncope ou contração – “Senhor”

Figura 19 – Fólio 98r., linha 1201 – síncope ou contração – “Alvarez”

Figura 20 – Fólio 55r., linha 696 – letras sobrescritas – “Illustrissimo”

Figura 21 – Fólio 55r., linha 711 – letras sobrescritas – “pagamentos”

Figura 22 – Fólio 55r., linha 716 – letras sobrescritas – “quanto”

Figura 23 – Fólio 3r., linha 52 – sinal especial – “Lixboa”

Outro aspecto paleográfico que merece atenção ainda neste capítulo é um recurso utilizado por alguns escribas em suas assinaturas ou rubricas. Trata-se de um elemento constante, mas não normatizado, pois nem todos os escribas o utilizavam, e se apresenta de forma diversa. A maioria das assinaturas que apresenta esse recurso caligráfico, denominado aqui de arabesco, era apresentado no final da assinatura. O escriba muitas vezes não levantava a pena para sua realização, o que faz dela uma espécie de “continuação”, de “cauda” da última letra. Esse acabamento podia apresentar-se em maior ou menos extensão. Vejam-se os exemplos abaixo:

Figura 24 – Fólio 82r., linha 1077 – “Valentim Antonio Vilella”

Figura 25 – Fólio 3v., linha 80 – “Manoel Soares Coimbra”

Figura 26 – Fólio 5v., linha 125 – “José Pereira Leão”

De certa forma, pode-se hipotetizar que esses escribas buscavam nos adornos de assinaturas uma função de identificação, assim como de preservação no caso de falsificação. Os arabescos, entretanto, se diferenciam dos sinais públicos, usados principalmente por tabeliães. Acioli (1994) discorre sobre esse aspecto paleográfico:

Sendo geralmente redigidos por escrivães de notas, os documentos têm nas assinaturas a definição da sua autenticidade ou falsidade. Suas transcrições, contudo, constituem-se numa das tarefas mais árduas na leitura de textos manuscritos. Os autógrafos vêm, às vezes, acompanhados de traços supérfluos chamados de cetras – laçaria caligráfica acrescentada a uma firma – que dificultam a sua interpretação. (ACIOLI, 1994: 57)

As dificuldades apontadas por Acioli ocorreram ao longo da transcrição nos documentos assinados pelo conde de Resende. O vice-rei conde de Resende usava em sua assinatura o arabesco no início da letra “C” da palavra “Conde” e não ao final da assinatura, como nos exemplos acima. Em alguns documentos, o traço caligráfico do conde sugeria não se tratar apenas de um arabesco, e, devido ao número elevado de ocorrências, levantou-se a hipótese de tratar-se da representação de um numeral, ou de uma abreviação.

Na figura 27, mostra-se um exemplo a partir do qual hipotetizou-se tratar-se da representação do numeral III, como IIIConde.

Figura 27 – Fólio 68r., linha 863 – “Conde”

Na figura 28, apresenta-se um outro exemplo e a partir do qual hipotetizou-se tratar-se da abreviatura de “Ilustríssimo”.

Figura 28 – Fólio 62r., linha 819 – “Conde”

Estas hipóteses geraram um estudo minucioso, pois era necessário buscar os traços paleográficos de cada uma das assinaturas individualmente e, logo em seguida, um cotejo entre todas as assinaturas, fundamentação para as hipóteses levantadas. Em meio à pesquisa, buscou-se o auxílio de estudiosos fora do campo paleográfico/filológico. Historiadores que, por sua vez, ajudaram de forma decisiva, pois além de conhecerem a biografia do vice-rei conde de Resende, tornaram possível o cotejo de outras transcrições prévias onde a assinatura do conde de Resende estava representada²³.

Esses fatores somados acabaram dando suporte à decisão editorial de não destacar o sinal caligráfico ou arabesco durante a transcrição, e sim, apresentar aqui, de forma objetiva e sucinta, as dúvidas que foram surgindo ao longo do trabalho. Notam-se abaixo outros exemplos do arabesco da letra “C” inicial na assinatura do conde:

²³ Vários contatos por meio eletrônico foram feitos com pessoas que haviam escrito textos sobre o conde de Resende e também sobre a cidade de Resende, no Estado do Rio de Janeiro. Agradecimento especial ao Sr. José Eduardo de O. Bruno, que gentilmente auxiliou nessa tarefa.

Figura 29 – Fólio 1r., linha 11 – “Conde”

Figura 30 – Fólio 87r., linha 1099 – “Conde”

Figura 31 – Fólio 53v., linha 692 – Conde”

Em outros tipos documentais, como as listagens, os arabescos apresentam-se de uma maneira mais funcional, por assim dizer. Pode-se comparar com o mesmo recurso utilizado hoje em dia em notas fiscais, que, ao final da descrição ou dos valores relacionados, usa-se o recurso de um traço vertical até o final da nota, de modo a evitar que ocorram alterações posteriores. Acredita-se que o mesmo recurso era utilizado nos documentos do *corpus*, conforme exemplos abaixo:

Figura 32 – Fólio 83r., linha 1086 – traço abaixo dos números

Figura 33 – Fólio 84r., linha 1090 – traço abaixo dos números

4.2 Identificação de diferentes punhos através de quadros

Poderia-se simplesmente afirmar que o *corpus* selecionado apresenta diferentes punhos por apresentar diferentes remetentes. Sabe-se que no século XVIII existiam pessoas administrativamente encarregadas de escrever, lavrar documentos, etc. Também não se pode discorrer sobre a não uniformidade da escrita tratando-a de modo simplista, ao afirmar que bastaria uma leitura superficial para tornar verídica a afirmação de que os punhos variam ao longo do códice. Dessa maneira, para que o leitor possa realmente comprovar a afirmação de pluralidade gráfica de forma objetiva e direta, optou-se por um recorte de sete dos mais variados punhos que se apresentam ao longo do códice. A escolha destes documentos foi realizada com alguns dos punhos que julgou-se mais contrastantes.

Os resultados se apresentam distribuídos em quadros. Cada quadro, representa uma letra do alfabeto e é composto de cinco colunas. Na primeira coluna encontram-se marcações do número do documento e do fólio correspondente; as demais colunas apresentam o recorte da letra e da palavra correspondente em posição inicial, medial, final e maiúscula. Acima de cada figura pode-se visualizar a palavra transcrita; a letra apresentada encontra-se em negrito, seguida do número da linha onde se encontra a palavra nas transcrições que compõem este trabalho. Quando não foi possível encontrar ocorrência da letra nas posições propostas, registra-se: *não há ocorrência*.

Quadro 01: Letra A

Doc./ Fólio	INICIAL	MEDIAL	FINAL	MAIÚSCULA
01 1r.	<i>alguã</i> linha 4	<i>occazião</i> linha 4	<i>Ilha</i> linha 5	Não há ocorrência
03 3r.	<i>agradeço</i> linha 42	<i>amostras</i> linha 47	<i>para</i> linha 38	<i>Amigo</i> linha 33
09 11r.	<i>avizo</i> linha 174	<i>mais</i> linha 170	<i>está</i> linha 168	Não há ocorrência
12 19r.	<i>ainda</i> linha 231	<i>vaõ</i> linha 228	<i>ainda</i> linha 231	<i>Armamentos</i> linha 230
17 26r.	<i>aos</i> linha 315	<i>Cauza</i> linha 321	<i>pela</i> linha 320	<i>Agradeço</i> linha 312
30 46r.	<i>afilhado</i> linha 514	<i>praticar</i> linha 506	<i>pela</i> linha 510	<i>Abril</i> linha 501
65 106r.	<i>acha</i> linha 1251	<i>para</i> linha 1256	<i>toda</i> linha 1263	<i>Alvará</i> linha 1259

Quadro 02: Letra B

Doc./ Fólio	INICIAL	MEDIAL	FINAL	MAIÚSCULA
01 1r.	Não há ocorrência	<i>Embar-</i> linha 4 	Não há ocorrência	Não há ocorrência
03 3r.	<i>bem</i> linha 59 	<i>obrigalo</i> linha 46 	Não há ocorrência	<i>Bergantim</i> linha 52
09 11r.	<i>barra</i> linha 172 	<i>embarque</i> linha 185 	Não há ocorrência	<i>Bom</i> linha 166
12 19r.	Não há ocorrência	<i>receber</i> linha 225 	Não há ocorrência	Não há ocorrência
17 26r.	<i>breve</i> linha 325 	<i>obzequio</i> linha 313 	Não há ocorrência	Não há ocorrência
30 46r.	<i>boa</i> linha 507 	<i>Abril</i> linha 501 	Não há ocorrência	<i>Boceta</i> linha 501
65 106r. 106v.	<i>bem</i> linha 1294 	<i>saber</i> linha 1243 	Não há ocorrência	<i>Balêas</i> linha 1247

Quadro 03: Letra C

Doc./ Fólio	INICIAL	MEDIAL	FINAL	MAIÚSCULA
01 1r.	<i>como</i> linha 3	<i>escala</i> linha 7	Não há ocorrência	<i>Copia</i> linha 1
03 3r.	<i>confece</i> linha 55	<i>merecimento</i> linha 59	Não há ocorrência	<i>Capitão</i> linha 58
09 11r.	<i>costrar</i> linha 169	<i>roceiros</i> linha 170	Não há ocorrência	<i>Catarina</i> linha 167
12 19r.	<i>como</i> linha 229	<i>incluzos</i> linha 225	Não há ocorrência	<i>Cuidado</i> linha 227
17 26r.	<i>comtenção</i> linha 325	<i>poucoz</i> linha 315	Não há ocorrência	<i>Coimbra</i> linha 322
30 46r.	Não há ocorrência	<i>fico</i> linha 503	Não há ocorrência	<i>Carta</i> linha 501
65 106r.	<i>colhidas</i> linha 1247	<i>actuaes</i> linha 1266	Não há ocorrência	<i>Contrato</i> linha 1248

Quadro 04: Letra D

Doc./ Fólio	INICIAL	MEDIAL	FINAL	MAIÚSCULA
01 1r.	<i>direitura</i> linha 5	<i>conceder</i> linha 2	Não há ocorrência	<i>Deos</i> linha 10
03 3r.	<i>destinados</i> linha 39	<i>destinados</i> linha 39	Não há ocorrência	<i>Da</i> linha 40
09 11r.	<i>ditos</i> linha 170	<i>devendo</i> linha 168	Não há ocorrência	<i>Diz</i> linha 165
12 19r.	<i>dos</i> linha 228	<i>ficando</i> linha 227	Não há ocorrência	Não há ocorrência
17 26r.	<i>denovo</i> linha 314	<i>Frade</i> linha 316	Não há ocorrência	<i>Diaz</i> linha 317
30 46r.	<i>do</i> linha 502	<i>recomenda</i> linha 504	Não há ocorrência	Não há ocorrência
65 106r.	<i>determinar</i> linha 1258	<i>sedentarias</i> linha 1253	Não há ocorrência	<i>Dominios</i> linha 1250

Quadro 05: Letra E

Doc./ Fólio	INICIAL	MEDIAL	FINAL	MAIÚSCULA
01 1r.	<i>em</i> linha 4	<i>fazer</i> linha 6	<i>se</i> linha 3	<i>Embarcação</i> linha 4/5
03 3r.	<i>evitar</i> linha 63	<i>velha</i> linha 44	<i>firme</i> linha 64	<i>Em</i> linha 45
09 11r.	<i>embarque</i> linha 185	<i>receber</i> linha 178	<i>recorre</i> linha 177	<i>Escalla</i> linha 178
12 19r.	<i>especialmente</i> linha 230	<i>mesmos</i> linha 231	<i>constante</i> linha 227	Não há ocorrência
17 26r.	<i>eu</i> linha 320	<i>pela</i> linha 320	<i>doente</i> linha 325	<i>Emquanto</i> linha 319
30 46r.	<i>entregue</i> linha 500	<i>respeito</i> linha 506	<i>semente</i> linha 511	<i>Eu</i> linha 517

Quadro 06: Letra F

Doc./ Fólio	INICIAL	MEDIAL	FINAL	MAIÚSCULA
01 1r.	<i>fazer</i> linha 7 	<i>offerecer</i> linha 4 	Não há ocorrência	<i>Felizarda</i> linha 2
03 3r.	<i>factura</i> linha 48 	<i>prontificar</i> linha 44 	Não há ocorrência	<i>Fernandez</i> linha 55
09 11r.	<i>falta</i> linha 172 	<i>soffrido</i> linha 180 	Não há ocorrência	<i>Fazenda</i> linha 166
12 19r.	<i>ficando</i> linha 227 	<i>afim</i> linha 230 	Não há ocorrência	Não há ocorrência
17 26r.	<i>fico</i> linha 313 	<i>beneficio</i> linha 314 	Não há ocorrência	<i>Frade</i> linha 316
30 46r.	<i>fico</i> linha 503 	<i>afilhado</i> linha 504 	Não há ocorrência	<i>Fico</i> linha 500
65 106r.	<i>fazer</i> linha 1269 	<i>emfavor</i> linha 1255 	Não há ocorrência	<i>Fazenda</i> linha 1256

Quadro 07: Letra G

Doc./ Fólio	INICIAL	MEDIAL	FINAL	MAIÚSCULA
01 1r.	<i>garde</i> linha 10	<i>intelligencia</i> linha 1	Não há ocorrência	<i>Governador</i> linha 12
03 3r.	Não há ocorrência	<i>dirigia</i> linha 41	Não há ocorrência	<i>Grande</i> linha 38
09 11r.	<i>grande</i> linha 172	<i>agora</i> linha 173	Não há ocorrência	<i>Grande</i> linha 173
12 19r.	Não há ocorrência	Não há ocorrência	Não há ocorrência	<i>Governador</i> linha 233
17 26r.	<i>grande</i> linha 320	<i>agora</i> linha 312	Não há ocorrência	Não há ocorrência
30 46r.	Não há ocorrência	<i>digno</i> linha 507	Não há ocorrência	Não há ocorrência
65 106r. 106v.	<i>graves</i> linha 1264	<i>julgado</i> linha 1266	Não há ocorrência	<i>General</i> linha 1306

Quadro 08: Letra H

Doc./ Fólio	INICIAL	MEDIAL	FINAL	MAIÚSCULA
01 1r.	<i>hé</i> linha 2	<i>lhe</i> linha 5	Não há ocorrência	Não há ocorrência
03 3r.	Não há ocorrência	<i>soalho</i> linha 43	Não há ocorrência	Não há ocorrência
09 11r.	<i>hua</i> linha 167	<i>lhe</i> linha 169	Não há ocorrência	Não há ocorrência
12 19r.	<i>hido</i> linha 229	<i>Conhecimentos</i> linha 225	Não há ocorrência	Não há ocorrência
17 26r.	<i>havelaz</i> linha 318	<i>desahir</i> linha 325	Não há ocorrência	Não há ocorrência
30 46r.	Não há ocorrência	<i>lhe</i> linha 502	Não há ocorrência	Não há ocorrência
65 106r. 106v.	<i>hum</i> linha 1278	<i>Marinha</i> linha 1265	Não há ocorrência	<i>Hei</i> linha 1314

Quadro 09: Letra I

Doc./ Fólio	INICIAL	MEDIAL	FINAL	MAIÚSCULA
01 1r.	<i>intelligencia</i> linha 1	<i>viuva</i> linha 2	Não há ocorrência	<i>Ilha</i> linha 5
03 3r.	<i>interesa</i> linha 53	<i>recebido</i> linha 34	<i>perticipei</i> linha 40	<i>Illustrissimo</i> linha 36
09 11r.	<i>imbolçarse</i> linha 171	<i>avizo</i> linha 174	Não há ocorrência	<i>Ioaquim</i> linha 165
12 19r.	Não há ocorrência	<i>mais</i> linha 228	<i>incluzos</i> linha 225	<i>Interino</i> linha 233
17 26r.	<i>isso</i> linha 321	<i>mil</i> linha 312	<i>Recebi</i> linha 310	<i>Irmão</i> linha 313
30 46r.	Não há ocorrência	<i>Vir</i> linha 515	<i>ahi</i> linha 512	<i>Iose</i> linha 505
65 106r.	<i>inconvenientes</i> linha 1264	<i>sujeitas</i> linha 1267	<i>si</i> linha 1280	<i>Ilhas</i> linha 1274

Quadro 10: Letra J

Doc./ Fólio	INICIAL	MEDIAL	FINAL	MAIÚSCULA
01 1r.	<i>junta</i> linha 1	Não há ocorrência	Não há ocorrência	<i>Janeiro</i> linha 10
03 3r.	Não há ocorrência	<i>veja</i> linha 45	Não há ocorrência	Não há ocorrência
09 11r.	Não há ocorrência	<i>cuja</i> linha 171	Não há ocorrência	<i>Jlha</i> linha 184
12 19r.	Não há ocorrência	<i>Ajudante</i> linha 234	Não há ocorrência	Não há ocorrência
17 26r.	Não há ocorrência	<i>desejo</i> linha 328	Não há ocorrência	Não há ocorrência
30 46r.	<i>jornada</i> linha 517	Não há ocorrência	Não há ocorrência	Não há ocorrência
65 106r.	<i>julgado</i> linha 1264	<i>seja</i> linha 1287	Não há ocorrência	Não há ocorrência

Quadro 11: Letra L

Doc./ Fólio	INICIAL	MEDIAL	FINAL	MAIÚSCULA
01 1r.	<i>lhe</i> linha 5 	<i>alguã</i> linha 4 	<i>Portugal</i> linha 3 	<i>Licenca</i> linha 3
03 3r.	<i>lhe</i> linha 51 	<i>obrigalo</i> linha 46 	<i>qual</i> linha 58 	<i>Laguna</i> linha 45
09 11r.	<i>levou</i> linha 166 	<i>falta</i> linha 172 	<i>aqual</i> linha 176 	<i>Lopes</i> linha 175
12 19r.	Não há ocorrência	<i>incluzos</i> linha 225 	Não há ocorrência	Não há ocorrência
17 26r.	<i>lhe</i> linha 314 	<i>embolçar</i> linha 315 	<i>Manoel</i> linha 317 	<i>Luiz</i> linha 314
30 46r.	<i>lhe</i> linha 502 	<i>pelas</i> linha 510 	<i>qual</i> linha 502 	<i>Luiz</i> linha 505
65 106r. 106v. 107r.	<i>lhes</i> linha 1295 	<i>Pelo</i> linha 1302 	<i>Real</i> linha 1304 	<i>Lisboa</i> linha 1334

Quadro 12: Letra M

Doc./ Fólio	INICIAL	MEDIAL	FINAL	MAIÚSCULA
01 1r.	<i>mas</i> linha 6	<i>conformidade</i> linha 8	<i>em</i> linha 4	<i>Matilde</i> linha 2
03 3r.	<i>mesma</i> linha 40	<i>forma</i> linha 40	<i>Bergantim</i> linha 52	<i>Manoel</i> linha 33
09 11r.	<i>mais</i> linha 170	<i>Sumaca</i> linha 166	<i>quem</i> linha 177	<i>Mestre</i> linha 165
12 19r.	<i>mesmos</i> linha 228	<i>como</i> linha 229	<i>afim</i> linha 230	<i>Macedo</i> linha 226
17 26r.	<i>meu</i> linha 310	<i>embolçar</i> linha 315	<i>tambem</i> linha 317	<i>Miranda</i> linha 309
30 46r.	<i>mereço</i> linha 508	<i>Semente</i> linha 511	<i>Tambem</i> linha 503	<i>Marechal</i> linha 510
65 106r.	<i>mesmos</i> linha 1274	<i>armar</i> linha 1281	<i>cedem</i> linha 1275	<i>Meus</i> linha 1270

Quadro 13: Letra N

Doc./ Fólio	INICIAL	MEDIAL	FINAL	MAIÚSCULA
01 1r.	<i>na</i> linha 8	<i>transportar</i> linha 4	Não há ocorrência	<i>Narcizo</i> linha 2
03 3r.	<i>narração</i> linha 49	<i>contexto</i> linha 35	Não há ocorrência	<i>Novembro</i> linha 35
09 11r.	<i>não</i> linha 169	<i>anno</i> linha 167	Não há ocorrência	<i>Nova</i> linha 167
12 19r.	<i>nos</i> linha 231	<i>ficando</i> linha 227	Não há ocorrência	<i>Nossa</i> linha 226
17 26r.	<i>nao</i> linha 328	<i>menaõ</i> linha 311	Não há ocorrência	Não há ocorrência
30 46r.	Não há ocorrência	<i>Consede</i> linha 514	Não há ocorrência	<i>Na</i> linha 518
65 106r.	<i>nada</i> linha 1272	<i>vender</i> linha 1285	Não há ocorrência	<i>Navios</i> linha 1281

Quadro 14: Letra O

Doc./ Fólio	INICIAL	MEDIAL	FINAL	MAIÚSCULA
01 1r.	<i>occazião</i> linha 4 	<i>recolher</i> linha 3 	<i>porto</i> linha 7 	Não há ocorrência
03 3r.	<i>o</i> linha 52 	<i>ficou</i> linha 44 	<i>devo</i> linha 36 	<i>O</i> linha 58
09 11r.	<i>o</i> linha 167 	<i>cobrar</i> linha 169 	<i>pello</i> linha 172 	Não há ocorrência
12 19r.	<i>outros</i> linha 229 	<i>dos</i> linha 227 	<i>cuidado</i> linha 227 	Não há ocorrência
17 26r.	<i>o</i> linha 328 	<i>aos</i> linha 315 	<i>novo</i> linha 314 	Não há ocorrência
30 46r.	<i>obzequio</i> linha 513 	<i>boa</i> linha 507 	<i>mereço</i> linha 508 	Não há ocorrência
65 106r. 	<i>ou</i> linha 1287 	<i>poder</i> linha 1289 	<i>senaõ</i> linha 1268 	<i>Ordeno</i> linha 1279

Quadro 15: Letra P

Doc./ Fólio	INICIAL	MEDIAL	FINAL	MAIÚSCULA
01 1r.	<i>para</i> linha 3	<i>transportar</i> linha 4	Não há ocorrência	<i>Portugal</i> linha 3
03 3r.	<i>pronta</i> linha 41	<i>apresentar-se</i> linha 47	Não há ocorrência	<i>Prezença</i> linha 36
09 11r.	<i>pode</i> linha 169	<i>impedimento</i> linha 185	Não há ocorrência	<i>Pede</i> linha 183
12 19r.	<i>para</i> linha 232	<i>aprestos</i> linha 229	Não há ocorrência	<i>Pelos</i> linha 225
17 26r.	<i>pobre</i> linha 316	<i>Suprir</i> linha 316	Não há ocorrência	<i>Povo</i> linha 321
30 46r.	<i>proteção</i> linha 506	<i>respeito</i> linha 506	Não há ocorrência	<i>Perola</i> linha 501
65 106r.	<i>parte</i> linha 1270	<i>preparar</i> linha 1281	Não há ocorrência	<i>Pescarias</i> linha 1271

Quadro 16: Letra Q

Doc./ Fólio	INICIAL	MEDIAL	FINAL	MAIÚSCULA
01 1r.	<i>que</i> linha 5	Não há ocorrência	Não há ocorrência	Não há ocorrência
03 3r.	<i>que</i> linha 36	<i>aqual</i> linha 58	Não há ocorrência	Não há ocorrência
09 11r.	<i>que</i> linha 174	<i>pequena</i> linha 175	Não há ocorrência	Não há ocorrência
12 19r.	<i>que</i> linha 228	<i>Joaquim</i> linha 226	Não há ocorrência	Não há ocorrência
17 26r.	<i>quando</i> linha 317	<i>porque</i> linha 316	Não há ocorrência	Não há ocorrência
30 46r.	<i>que</i> linha 502	<i>pequena</i> linha 501	Não há ocorrência	Não há ocorrência
65 106r.	<i>qualquer</i> linha 1274	<i>Moçambique</i> linha 1284	Não há ocorrência	<i>Que</i> linha 1292

Quadro 17: Letra R

Doc./ Fólio	INICIAL	MEDIAL	FINAL	MAIÚSCULA
01 1r.	recolher linha 3	Servida linha 2	recolher linha 3	Rio linha 10
03 3r.	recebido linha 39	prova linha 53	expedir linha 37	Rei linha 37
09 11r.	recorre linha 177	perfaça linha 179	cobrar linha 169	Rio linha 176
12 19r.	remessa linha 231	outros linha 229	receber linha 225	Ribeiro linha 235
17 26r.	recebimento linha 323	pobre linha 316	Suprir linha 316	Recebi linha 310
30 46r.	recomenda linha 504	mereço linha 508	praticar linha 506	Ribeiro linha 499
65 106r. 106v.	registrar linha 1319	parte linha 1274	impedir linha 1277	Reino linha 1287

Quadro 18: Letra S

Doc./ Fólio	INICIAL	MEDIAL	FINAL	MAIÚSCULA
01 1r.	<i>se</i> linha 3	<i>escala</i> linha 7	<i>Deos</i> linha 10	<i>Silva</i> linha 3
03 3r.	<i>sobre</i> linha 52	<i>dezistir</i> linha 48	<i>reis</i> linha 38	<i>Soares</i> linha 33
09 11r.	<i>seguir</i> linha 176	<i>este</i> linha 171	<i>mais</i> linha 170	<i>Sumaca</i> linha 166
12 19r.	<i>se</i> linha 231	<i>mesmos</i> linha 231	<i>aprestos</i> linha 229	<i>Seu</i> linha 227
17 26r.	<i>seu</i> linha 313	<i>isso</i> linha 321	<i>deves</i> linha 323	<i>Serviço</i> linha 329
30 46r.	Não ocorrência	<i>Consede</i> linha 514	<i>pelas</i> linha 510	<i>Saude</i> linha 519
65 106r.	<i>seja</i> linha 1286	<i>pescar</i> linha 1282	<i>pois</i> linha 1285	<i>Servida</i> linha 1278

Quadro 19: Letra T

Doc./ Fólio	INICIAL	MEDIAL	FINAL	MAIÚSCULA
01 1r.	<i>transportar</i> linha 4	<i>transportar</i> linha 4	Não há ocorrência	Não há ocorrência
03 3r.	Não há ocorrência	<i>participei</i> linha 40	Não há ocorrência	<i>Tenho</i> linha 34
09 11r.	<i>tudo</i> linha 173	<i>falta</i> linha 172	Não há ocorrência	Não há ocorrência
12 19r.	<i>tambem</i> linha 229	<i>constante</i> linha 227	Não há ocorrência	<i>Tenente</i> linha 233
17 26r.	<i>tambem</i> linha 317	<i>oferta</i> linha 319	Não há ocorrência	Não há ocorrência
30 46r.	<i>tanto</i> linha 510	<i>esta</i> linha 517	Não há ocorrência	<i>Tambem</i> linha 503
65 106r. 106v.	<i>tem</i> linha 1266	<i>util</i> linha 1277	Não há ocorrência	<i>Terra</i> linha 1306

Quadro 20: Letra U

Doc./ Fólio	INICIAL	MEDIAL	FINAL	MAIÚSCULA
01 1r.	Não há ocorrência	<i>viuva</i> linha 2	Não há ocorrência	Não há ocorrência
03 3r.	<i>uza</i> linha 46	<i>cauzar</i> linha 49	<i>ficou</i> linha 44	Não há ocorrência
09 11r.	Não há ocorrência	<i>hua</i> linha 168	<i>levou</i> linha 167	Não há ocorrência
12 19r.	Não há ocorrência	<i>incluzos</i> linha 225	<i>Seu</i> linha 227	Não há ocorrência
17 26r.	<i>utilidade</i> linha 321	<i>poucoz</i> linha 315	<i>meu</i> linha 310	Não há ocorrência
30 46r.	Não há ocorrência	<i>Luiz</i> linha 503	<i>Seu</i> linha 513	Não há ocorrência
65 106r. 106v.	<i>util</i> linha 1277	<i>exclusivo</i> linha 1267	<i>Meu</i> linha 1303	<i>Ultramar</i> linha 1301

Quadro 21: Letra V

Doc./ Fólio	INICIAL	MEDIAL	FINAL	MAIÚSCULA
01 1r.	<i>va</i> linha 5	<i>viuva</i> linha 2	Não há ocorrência	<i>Viagem</i> linha 6
03 3r.	<i>velha</i> linha 44	<i>prova</i> linha 53	Não há ocorrência	<i>Vice</i> linha 37
09 11r.	<i>veio</i> linha 174	<i>levou</i> linha 166	Não há ocorrência	<i>Vossa</i> linha 177
12 19r.	<i>vão</i> linha 228	Não há ocorrência	Não há ocorrência	<i>Vicente</i> linha 225
17 26r.	<i>vencido</i> linha 315	<i>novo</i> linha 314	Não há ocorrência	<i>Veneração</i> linha 310
30 46r.	Não há ocorrência	<i>brevidade</i> linha 509	Não há ocorrência	<i>Vir</i> linha 515
65 106r.	<i>vender</i> linha 1285	<i>Alvará</i> linha 1279	Não há ocorrência	<i>Verde</i> linha 1274

Quadro 22: Letra X

Doc./ Fólio	INICIAL		MEDIAL	FINAL	MAIÚSCULA
01 1r.	Não ocorrência	há	Não há ocorrência	Não há ocorrência	Não há ocorrência
03 3r.	Não ocorrência	há	<i>expedição</i> linha 41	Não há ocorrência	Não há ocorrência
09 11r.	Não ocorrência	há	<i>experimentou</i> linha 172	<i>Excelencia</i> linha 177	Não há ocorrência
12 19r.	Não ocorrência	há	<i>Caixões</i> linha 228	Não há ocorrência	Não há ocorrência
17 26r.	Não ocorrência	há	Não há ocorrência	<i>Excelencia</i> linha 322	Não há ocorrência
30 46r.	Não ocorrência	há	Não há ocorrência	<i>Excelencia</i> linha 514	Não há ocorrência
65 106r.	Não ocorrência	há	<i>exclusivo</i> linha 1268	Não há ocorrência	Não há ocorrência

Quadro 23: Letra Z

Doc./ Fólio	INICIAL	MEDIAL	FINAL	MAIÚSCULA
01 1r.	Não há ocorrência	<i>Felizarda</i> linha 2	Não há ocorrência	Não há ocorrência
03 3r.	Não há ocorrência	<i>cauzar</i> linha 49	<i>Marquez</i> linha 61	Não há ocorrência
09 11r.	Não há ocorrência	<i>Joze</i> linha 175	Não há ocorrência	<i>Diz</i> linha 165
12 19r. 106v. 107r.	Não há ocorrência	<i>iincluzos</i> linha 225	Não há ocorrência	Não há ocorrência
17 26r.	Não há ocorrência	<i>Cauza</i> linha 321	<i>fez</i> linha 322	Não há ocorrência
30 46r.	Não há ocorrência	<i>Amizade</i> linha 507	<i>Mez</i> linha 504	Não há ocorrência
65 106r.	Não há ocorrência	<i>prezente</i> linha 1271	<i>Portuguez</i> linha 1289	Não há ocorrência

4.3 Traços de oralidade recorrentes em um documento do *corpus*: um contraste com a correspondência oficial.

Ainda no durante o processo de seleção do *corpus* a ser editado, dentre os variados punhos encontrados no códice, um dos documentos chamou a atenção não pelos seus aspectos caligráficos ou seu conteúdo, e sim por apresentar uma quantidade atípica de pistas de oralidade. Fala-se em atipicidade neste caso, pois, por mais que se possa encontrar em outros documentos alguns traços de natureza fonológica, este, em especial, nos salta aos olhos. Tomou-se, então, a decisão de incluir esta análise realizada a partir deste documento, uma vez que esta abordagem poderá servir tanto para a ampliação do conhecimento do códice em geral, como principalmente aos pesquisadores interessados em estudos de variações da Língua Portuguesa no nível fonológico no final do século XVIII.

Pontualmente, esta terceira seção do capítulo de abordagem paleográfica consiste em levantar alguns traços de natureza fonológica de um manuscrito dentro do códice para responder a hipótese de que documentos escritos por *mãos inábeis* apresentariam maior quantidade de traços de oralidade do que documentos escritos *mãos hábeis*.

Por *mãos inábeis* compreendem as pessoas que não possuem o hábito de escrita e por *mãos hábeis* pessoas que se utilizam da modalidade escrita com mais frequência. Portanto, *mãos hábeis* e *inábeis* referem-se unicamente à prática e o conhecimento das normas da escrita.

A escolha dos manuscritos analisados foi realizada a partir de um documento, citado anteriormente, denominado ao longo desta seção de *documento matriz*. Trata-se de uma listagem assinada pelo construtor de embarcações *Joaquim Correa dos Santos* (fólio 101r.), no qual relaciona os diferentes tipos de madeiras encontrados em Santa Catarina que poderiam servir para a construção de embarcações. O documento matriz exemplifica aqui o texto escrito por *mãos inábeis*; e como contra-ponto deste documento, encontram-se outros trechos de documentos que exemplificam os textos escritos por *mãos hábeis*. Trata-se de autógrafos e/ou ideógrafos do vice-rei *conde de Resende* e/ou do secretário do Estado, o ajudante das ordens *José Pereira Leão*.

O trecho do manuscrito que segue abaixo serve tão somente para evidenciar empiricamente o ofício de construtor do autor de documento matriz. Trata-se de um ofício enviado pelo vice-rei conde de Resende ao governador informando-o, dentre outros assuntos, da anexação de uma listagem com os tipos de madeiras e sua utilização na construção nas partes das embarcações.

Figura 34 – Conde de Resende – “o Constructor

Esta comprovação quanto ao ofício de construtor julgou-se necessária, pois o embasamento teórico que virá a seguir baseia-se no fato de que, segundo alguns autores, “*O clero, as profissões liberais, os ofícios da administração constituíam escalões profissionais devedores das capacidades de leitura e escrita.*” (MARQUILHAS, 2000: 229) e não construtores e trabalhadores braçais.

A busca de uma bibliografia específica que tente comprovar as hipóteses levantadas neste capítulo são bastante deficitárias. Por esta razão, quando trabalha-se com documentos manuscritos de épocas anteriores, como os setecentistas, investigando aspectos no nível fonológico, a escassez de registros representa um desafio ainda maior. A impossibilidade de se analisar a pronúncia de um falante no século XVIII, e no fato de que não existia, naquela época, uma tecnologia adequada para arquivar dados orais, torna a tarefa de um estudo de qualquer fenômeno do sistema sonoro da língua impossível, o que força a encontrar nos documentos escritos as respostas para as hipóteses levantadas.

Entretanto, Marquilhas, em seus trabalhos: *Traços distintivos, góticos e electrónicos e Mãos Inábeis nos Arquivos da Inquisição* (2000), levanta alguns questionamentos quanto à compreensão do fenômeno da escrita e suas relações com a língua oral. A partir desses questionamentos e hipóteses, que não cabem aqui serem todos discutidos, optou-se por apresentar as teorias abordadas pela autora que irão servir como embasamento teórico para objetivar a hipótese principal a que esta seção se destina.

Primeiramente se fará uma explanação sobre o uso da expressão mão inábil. Essa nomenclatura foi adaptada por Rita Marquilhas a partir do termo “*scripteurs maladroits*” usado por Claire Blanche-Benveniste. Em seus estudos, Marquilhas justifica que a não utilizar a tradução de *scripteurs* por *escritor* ou *escrevente* seria para evitar conotação estética ou ocupacional. Uma vez que esse embasamento teórico recai sobre os estudos de Rita Marquilhas, o termo “mãos inábeis” será também utilizado.

Marquilhas cita em *Traços distintivos, góticos e electrónicos* uma hipótese defendida por Olson (1994) de que é *a escrita que fornece um modelo conceptual para o discurso oral*, ou seja, a escrita dá o modelo à oralidade e não vice-versa. Sendo assim, a escrita não é tratada como resultado de transcrições orais. Esta afirmação de Olson firma-se em estudos dele e de outros teóricos realizados em adultos analfabetos e o não reconhecimento destes nas unidades de segmentação como fonemas, por exemplo. Segundo estes estudiosos, este reconhecimento das unidades só acontece quando estes passam a dominar a leitura e a escrita. Estes autores ainda afirmam que fonemas e sons de fala são ditaduras do sistema alfabético, porém, é difícil aceitar que a fala não seja uma cadeia de unidades relacionadas com unidades simbólicas. O problema destes estudos de Olson, segundo Marquilhas, é que são muito profundos e revisionistas, pois a história da escrita, segundo ela, não é a de tentativas de acertos e erros para a invenção de um alfabeto, mas um produto da tentativa de usar a escrita para caber na linguagem. Portanto, a escrita é um princípio de metalinguagem.

No entanto, outra corrente teórica como a de Chomsky (1994) rebate as hipóteses levantadas por Olson e revela que, enquanto os indivíduos se mantêm graficamente toscos, teorizam com perspicácia sobre a língua que inconscientemente conhecem. Mas à medida que se especializam na escrita, tornam-se mais obtusos no plano lingüístico, pois perdem a independência ao se sujeitarem a um modelo teórico alternativo.

Já em seu estudo: *Mãos Inábeis nos Arquivos da Inquisição* (2000), a autora apresenta uma observação bastante cabível para este estudo, que é a identificação de um documento de mão inábil. Segundo Marquilhas, vários são os fatores: caligrafia, particularidade do suporte, ausência de cursus (decorrente da falta de agilidade dos músculos das mãos), traçado inseguro, aparência desenquadrada das letras, falta de leveza do conjunto, etc. Entretanto, ao se basear nestes fatores gerou-se certo desconforto na escolha do documento matriz, pois não há, pelo menos evidentes, esses fatores na escrita do construtor. Contudo, para dar conta do problema, a própria autora encontra a solução, alegando que ... “A explicação para a fluência ortográfica encontra-se na hipótese de se tratar de uma cópia realizada com extremo empenho.” (MARQUILHAS, 2000: 241), e é o que pode-se inferir ter acontecido com o documento matriz. Outra hipótese que se pode levantar é que o documento não foi escrito nem assinado pelo construtor, contudo, neste caso, se realmente houvesse sido escrito por algum escrevente mais “hábil” não teria como explicar as inúmeras ocorrências dos chamados traços de oralidade.

O que se infere quanto às marcas de oralidade em documentos manuscritos do século XVIII, é que parece haver uma tendência da escrita da época em evidenciar alguma

propriedade articulatória dos fonemas. O que se procura demonstrar neste momento é que alguns traços de escrita serviam como modelo à oralidade. Para isso, no exemplo seguinte a palavra pequena (*piquena*) ilustra melhor a hipótese de Chomsky quando sugere que os indivíduos, ao se especializarem na escrita, perdem sua independência e se sujeitam a um modelo teórico.

Figura 35 – Conde de Resende – “piquenas”

Nesse exemplo, percebe-se que o conde de Resende apresenta um traço de oralidade ao representar graficamente o alçamento da vogal medial pretônica /e/ quando escreve *piquena* no lugar de *pequena*. No exemplo logo a seguir, observa-se que o mesmo conde de Resende em outro momento não realiza mais esse alçamento, inferindo, então, que não há a freqüência desse fenômeno por haver um reconhecimento do modelo teórico da escrita.

Figura 36 – Conde de Resende – “pequena”

Nesse mesmo trecho notou-se que o autor do documento acaba representando a mesma palavra de duas maneiras diferentes. Ou seja, mesmo tratando-se o vice-rei como representante dos indivíduos de *mãos hábeis*, é possível encontrar alguns traços de oralidade.

Contudo, essas ocorrências não se realizam na mesma frequência como percebeu-se no documento matriz, pois este utiliza a mesma representação gráfica de uma palavra sempre da mesma maneira.

No exemplo abaixo, constata-se que o construtor, caracterizado como *mãos inábeis*, escreve a palavra *também* sempre como *tãobem*. Desta maneira, em nenhum momento ele indica conhecer a norma da escrita²⁴, e se o conhece não faz uso dela.

²⁴ Neste século, prevalecia na Língua Portuguesa a ortografia etimológica.

Figura 37 – Documento matriz – “tão bem”

Relação das Qualidades de Madeiras da Ilha de Santa Catharina
q. pode servir p.^a construção de embarcações grandes e pequenas.
As seguintes

Louro Preto he a principal madeira p.^a tabuado de custão alcaxas e coveiras
para toda aqualidade de embarcações assim coveira tão bem serve p.^a tabuado de cova
adulho para luma e quipus esta madeira he comp.^a ferece a asma p.^a este efeito.

Sidra Vermelha pode servir p.^a tabuado de custão alcaxas e coveiras. Com v.^a esta bem se p.^a fazer
alguns termos grossos p.^a as figuras das Saus coveira tão bem p.^a as outras. Madeira que se p.^a
capoa

Chio Vermelho pode muito bem servir p.^a Mustriacens clubuaes damusma forma a Sima

Arariba he humma inselente madeira p.^a tabuado de custão alcaxas e coveiras p.^a Ca-
vernias ebracos capos luros e curvas e busarões e vaus e lulas

Carvela preta he boa qualidade de madeira serve muito bem p.^a cavernias ebracos e
Posturas e curvas e busarões e chutas e lums e lumbas de custão de cova

Amadira xamado Cubore pode muito bem servir para cavernias ebracos capos luros
e curvas e busarões e maens de Sintos

Amadira xamada Cabriuna pode muito bem servir damusma forma a Sima

Amadira xamada Ipi e Superior ebracos e lums sin.^a e luma amadira de construção
assim com.^a tão bem p.^a as outras de luma. Tão bem se p.^a fazer tabuado de custão p.^a o fun-
do das ebracos e lums e busarões

Amadira xamada alcurana serve muito bem p.^a cavernias ebracos e curvas e busarões
e luma q.^a ha de ser da cor vermelha

Peroba vermelha he humma inselente madeira serve p.^a toda a construção de embar-
cações grandes e pequenas assim com.^a tão bem serve p.^a tabuado de custão

Canica Branca pode servir para tabuado de custão alcaxas e coveiras

Amadira xamada Agfiranduba pode servir p.^a cavernias ebracos e curvas e maens
de Sintos e busarões

Adverte q. todas as galhadas e lums das madeiras a Sima
de Clavadas de luma ebracos p.^a coveira das embarcações Minhas
Rio de Jan.^o 3 de Jan.^o de 1792

As seguintes

Relação das Qualidades de Madeiras da Ilha de Santa Catharina
que pode Servir para construção de embarcações grandes e pequenas.

As seguintes

- 5 Louro Preto he especial madeira para tabuados de Custado alcaxas e convezes.
para toda qualidade de Embarcações assim como tão bem servi para tabuado de Forro
e aduelas para tunches e pipas esta madeira he comperferencia as mais para este efeito.
- 10 Sedro Vermelho pode Servir para tabuados de Custado e alcaxa e Comveis e tão bem se pôdim
fazer alguns toros grossos para as figuras das Naus como tão bem para as obras Mortas da popa
e da proa
- OLio Vermelho pode muito bem Servir para Mastrições e tabuados da mesma forma a =
Sima
- 15 Arariba he hum inselente madeira para tabuado de Costado e alcaxa e Conves e para Ca=
vernas e bracos e posturas e curvas. e busardas. e naus. e Latas
- 20 Canela preta he boa qualidade de Madeira serve muito bem para Cavernas e bracos e a =
Posturas e curvas e busardas e Latas e Naus e tabuados de Custado e Forro
- A madeira xamado Cabore pode muito bem servir para Cavernas e bracos e postu[ra]
e Curvas e busardas e maons de Sintas
- 25 A madeira xamada Cabriuna pode muito bem servir da mesma forma a Sima
- A madeira xamada Ipé e Superior a todas as Mais serve para toda a madeira de construc[ão]
a Sim como tão bem para as obras de terra e tão bem se pode fazer tabuado de Costado para o fun=
do das Naus e Mais embarcações
- 30 A madeira xamada alicurana serve muito bem para Cavernas e bracos. e Curvas. e busardas
a Saber que hade ser da vermelha
- 35 Peroba vermelha he hum inselente madeira serve para toda a construc[ão] de Inbar=
cacoes grandes e pequenas assim como tão bem serve para tabuados de Costado
- Canela Burra pode servir para tabuados de forro e custado e alcaxa e comves
- A madeira Xamada Massaranduba pode Servir para Cavernas. e bracos. e curvas. e maons
de Sintas e busarda
- 40 Advirto que todas as galhadas e raizes das madeiras a Sima
de Claradas se devevem aproveitar para conserto das embarcações Miudas

Rio de Janeiro 3 de Setembro de 1798 anos

Ioachim Correia dos Santos

Tanto o conde vice-rei quanto os ajudantes de ordens exerciam um papel de indivíduos “detentores do poder”, ou seja, eles faziam uso da escrita para dar ordens, expedir comunicados ou reportar ordens vindas diretamente do reino. Por outro lado, o construtor fazia uso da escrita muito mais esporadicamente e em caráter informativo. O que reforça a hipótese aqui levantada de que as *mãos inábeis* apresentariam mais traços de oralidade do que *mãos hábeis*.

Ao partir por este caminho, apresenta-se uma série de exemplos que evidenciam o fenômeno, numa tentativa de constatar-se que a principal diferença entre a quantidade de traços de oralidade não se dá somente em razão do papel que cada interlocutor exercia na sociedade, mas ao hábito de escrita que este papel social dava aos autores dos textos. Ou seja, o fato dos indivíduos trabalharem em órgãos administrativos permitia a estes evidente prática na modalidade escrita da língua.

Exemplos

Neste primeiro exemplo, observa-se o alçamento da vogal medial pretônica /e/ tratada anteriormente. No documento matriz encontram-se duas ocorrências da palavra *piquenas*:

Figura 38 – Documento matriz – “piquenas”

Figura 39 – Documento matriz – “piquenas”

Já nos documentos do conde de Resende a ocorrência deste do alçamento da vogal é muito baixa, pois pode-se encontrar o fenômeno apenas uma vez em um dentre mais de cinquenta documentos escritos pelo conde componentes do códice.

Figura 40 – Conde de Resende – “pequena”

Figura 41 – Conde de Resende – “pequeno”

Nos próximos exemplos destaca-se a seguinte palavra: *tabuado* (taboado) de que há oito ocorrências. Aqui também ocorre do alçamento da vogal medial pretônica /o/ escrita <u>.

Figura 42 – Documento matriz – “tabuados”

Figura 43 – Conde de Resende – “Taboado”

Figura 44 – Conde de Resende – “Taboado”

No próximo exemplo, evidencia-se a ocorrência do alçamento da pretônica /e/ na palavra *Inbarcaçoens* (Embarcações). Dentre as cinco ocorrências da palavra, apenas uma está escrita *embarcaçoens*.

Figura 45 – Documento matriz – “Inbarçaçoens”

Figura 46 – Conde de Resende – “Embarcações”

Figura 47 – Conde de Resende – “Embarcações”

O exemplo a seguir já foi citado anteriormente. É o caso do uso *ão* no lugar *am*. Observam-se seis ocorrências desta palavra ao longo do documento matriz.

Figura 48 – Documento matriz – “taõ bem”

Figura 49 – Conde de Resende – “tambem”

Outro exemplo é a palavra *servi* (serve), com uma ocorrência. Neste caso ocorre um alçamento da vogal pós tônica. Dado o fato que este fenômeno realiza-se uma só vez durante o documento enquanto realizam-se quatro outras ocorrências de *serve*, neste caso, deduz-se que poderia ser causado por um lapso do escriba e não o uso freqüente.

Figura 50 – Documento matriz – “servi”

Figura 51 – Conde de Resende – “serve”

Figura 52 – Conde de Resende – “serve”

No próximo exemplo, apresenta-se um caso de metátese, ou seja, a inversão de um fonema dentro da palavra, evidenciando a pronúncia do construtor. A palavra *com perferencia* (com preferência) ocorre uma vez.

Figura 53 – Documento matriz – “comperferencia”

Figura 54 – José Pereira Leão – “apreferencia”

Figura 55 – Conde de Resende – “preferencia”

Neste outro trecho do documento matriz constatou-se mais um alçamento da vogal nasal: *pódim* (podem).

Figura 56 – Documento matriz – “sepódim”

Figura 57 – Conde de Resende – “podem”

Figura 58 – José Pereira Leão – “sepodem”

Ao longo do documento matriz encontraram-se outros casos da marca de oralidade, a saber: *ispiçial* (especial), uma ocorrência; *custado* (costado), três ocorrências; *tuneis* (tonéis), uma ocorrência; *torus* (toras), uma ocorrência; *olio* (óleo), 1 ocorrência; *inselente* (excelente), duas ocorrências e *suprior* (superior), uma ocorrência.

O que se pode inferir, a partir desses dados, é que muitos documentos manuscritos servem como base nos estudos de variação lingüística em qualquer aspecto. Contudo, o que se procurou comprovar é que aspectos fonológicos podem ser estudados com maior riqueza em documentos escritos por indivíduos que não possuem a prática da escrita e por essa razão

acabam por deixar transparecer uma maior quantidade de traços de oralidade, evidenciando ou seu idioleto e/ou seu dialeto, dentro de sua variante regional.

Através dos documentos manuscritos analisados nesta seção, pode-se argüir que há uma dificuldade muito grande em se afirmar como se dá a relação entre a escrita e a fala. Ou seja, se é um processo inconsciente, se é consciente, se o aspecto fonológico influi no grafemático, se este processo se dá ao inverso. O que se procurou levantar foram inúmeras pistas que culminaram na concordância com Marquilhas, de que:

quando os indivíduos se tornam leitores experientes desenvolvem um reconhecimento ideográfico, holístico, compreensivo das unidades de texto escrito e fica aberto o caminho para uniformizações normalizadoras de que eles mesmos serão agentes... (MARQUILHAS, 2003: 378)

5 A COMPOSIÇÃO DO CÓDICE: ASPECTOS CODICOLÓGICOS

O estudo de fontes escritas²⁵ pode envolver diferentes aspectos – autenticidade, autoria, grafia, suporte material, etc. – e estes são delimitados a partir dos objetivos que se procura alcançar. Durante a edição do *corpus* selecionado para este trabalho, questionamentos e hipóteses surgiram por meio da observação de determinados padrões e tendências que se repetiam ao longo do livro manuscrito em questão. Neste capítulo procura-se, portanto, discorrer sobre a composição do suporte material e das hipóteses levantadas acerca desse código²⁶. Sendo assim, através de uma descrição geral do livro manuscrito estudado, como a exposição das hipóteses levantadas, busca-se responder questionamentos acerca de sua composição, de seu estado de conservação, de intervenções posteriores e de particularidades encontradas.

A ciência afim à Filologia concernente ao estudo do suporte material é denominada Codicologia²⁷. Mesmo que ainda alguns autores classifiquem esta área como parte integrante da Paleografia²⁸, será dada a ela, neste trabalho, status de ciência autônoma.

Cambráia (2005:28) sugere em sua obra um guia de descrição codicológica, entretanto, como este trabalho não objetiva realizar um estudo codicológico aprofundado, o guia básico

²⁵ O tipo de suporte utilizado para determinado texto pode ser estudado separadamente, dadas as suas particularidades. A papirologia é a ciência que trata da leitura, interpretação e conservação dos papiros. O papiro é um suporte constituído de uma planta semelhante ao junco, de caules altos e flexíveis, de onde extraíam-se tiras que, depois de umedecidas justapostas e batidas, ganhavam formato e consistência para receber a escrita. Foi o suporte para escrita utilizado na Antiguidade que ganhou espaço em meados do século VIII a.C. até tornar-se escasso aproximadamente no século VIII. Epigrafia: ocupa-se do estudos das inscrições antigas em escrita em materiais sólidos, como madeira, pedra e metal. É o estudo em inscrições, em monumentos, moedas, inscrições lapidares, dentre outros. Codicologia: o estudo dos documentos manuscritos ou impressos em pergaminho ou papel.

²⁶ Entende-se por código o “antepassado do livro impresso, palavra que deriva do latim *codex, cis* (ou *caudex, cis*), tronco de árvore; da madeira se faziam tabuinhas (*tabulae*), que, cobertas de cera, podiam receber a escrita; amarradas pela margem, à moda dos livros atuais, formavam códigos; mais tarde os livros passaram a ser feitos de pergaminho ou papel, mas a designação de *codex* permaneceu.” (SPINA, 1921: 23)

²⁷ Codicologia: o estudo dos documentos manuscritos em pergaminho ou papel. Os pergaminhos são suportes obtidos da pele de animais, como cordeiro, ovelhas, cabras etc. O seu preparo consistia em lavar as peles em água corrente por repetidas vezes, em seguida colocava-se em cal viva para desengordurar, depois passava-se uma faca circular para a retirada de resíduos e em seguida eram postas para a secagem sob tensão em bastidores. A raspagem era mais uma vez realizada, até que se obtivesse a espessura desejada. Seu uso, no reino de Portugal, vai até o século XIII, sendo substituído aos poucos por papel. Esse suporte é constituído “por elementos fibrosos de origem vegetal, os quais formam uma pasta que se faz secar sob a forma de folhas delgadas...” (HOUAISS, 2001: 2122). O papel, por sua vez, é de origem chinesa datada por volta de 100 d.C., foi levado pelos árabes à Europa aproximadamente no século IX. Apesar de já ser conhecido, passou a ser utilizado como suporte de escrita a partir do século XIV. No século seguinte teve sua utilização ampliada estendida através da construção de fábricas de papel européias.

²⁸ Spina (1994: 22) afirma que a Codicologia há tempos atrás não se constituía como ciência, mas pertencia à Paleografia e à Diplomática.

sugerido por esse autor acaba servindo somente como orientação na composição deste capítulo.

A decisão de discorrer sobre o estado físico em que se encontra o códice nos dias atuais tem como objetivo aproximar o leitor deste trabalho do próprio códice. Sabe-se que esse contato é dificultado por questões de preservação, o que torna, portanto, a ciência codicológica uma ferramenta auxiliar importante para a divulgação de informações referentes a aspectos materiais do códice.

5.1 O Livro Manuscrito – descrição do estado físico do códice e hipótese sobre sua composição

O códice encontra-se no arquivo público do Estado de Santa Catarina, identificado pela cota 16.446, no fundo do “governador da capitania. Trata-se de uma compilação de correspondências enviadas para o governador da capitania num período de 5 anos, de 1793 a 1798. No códice encontram-se 107 documentos, num total de 117 fólios, sendo 1 documento de 1792 (cópia de ordem da rainha), 24 documentos do ano de 1793, 24 documentos do ano de 1794, 1 documento do ano de 1795, 1 documento de 1796, 19 documentos do ano de 1797, 30 documentos de 1798 e 7 documentos sem data cronológica²⁹.

Estes documentos encontram-se atualmente encadernados em capa dura, de cor avermelhada, amarrados por fita plástica, com uma etiqueta amarelada de contornos vermelhos, colada na lombada, com o nome e o número da catalogação. Segundo o relato da própria funcionária responsável pelo arquivo, tanto a etiqueta adesiva quanto a fita plástica amarrada à capa do códice, foram intervenções posteriores feitas pelos funcionários quando da chegada do códice àquela instituição na década de 80. Recentemente outra etiqueta foi anexada à lombada do códice com a indicação: *documento transcrito*³⁰.

²⁹ O documento do ano de 1795 encontra-se deslocado no livro manuscrito entre os documentos do ano de 1798. Os documentos que não apresentam data cronológica são 2 requerimentos, 2 listagens, 1 cópia de ordem régia, um tem o papel cortado e outro está sem o segundo fólio, portanto não apresenta o final do documento.

³⁰ Essa etiqueta refere-se ao trabalho de graduação realizado em 1999, citado na introdução, cuja cópia foi cedida ao Arquivo.

Figura 59 – Ilustração da capa

Figura 60 – Detalhe da lombada do códice

A contra-capas do livro manuscrito é de cor verde, apresenta no canto superior esquerdo uma etiqueta branca com bordas vermelhas rubricada e com a sigla : F.C.F, l. Ao lado encontra-se um carimbo: secretaria da justiça, arquivo público do estado, data: 19/08/81, registro nº.: 16.446. A margem direita da contra-capas apresenta vestígios de papel branco, com letras impressas, conforme observa-se na foto abaixo:

Figura 61 – Ilustração da contra-capas

A primeira folha do códice é de papel sulfite branco, tamanho A4, escrita a lápis, entre colchetes, com o título “Ofícios do Vice-Rei para o Governador da Capitania 1793/1798”. A

caligrafia desse título é da funcionária do arquivo, que afirmou ser dela a autoria da intervenção.³¹

Figura 62 – Detalhe da folha de rosto

Por se tratar de correspondências enviadas ao longo de cinco anos, o códice é composto por in-fólios, escritos somente no recto, sendo em alguns poucos casos escritos no verso. Os fólhos, sem exceção, apresentam marcas de furos que aparecem na seguinte ordem: dois furos menores na parte superior da margem esquerda dos documentos, um furo maior na parte central da margem esquerda e dois furos de tamanhos iguais aos superiores na parte inferior da margem esquerda (V. fac-símiles na transcrição).

Uma vez que os documentos apresentam esses furos e que não há a presença dessa marcação na capa do códice, levantou-se a seguinte hipótese: há alguns anos, as correspondências enviadas ao governador da capitania foram agrupadas, sendo o tipo de encadernação feito através de uma amarração. Mais tarde, a amarração foi extraída sem que nenhum vestígio, como pedaços do barbante, por exemplo, permanecesse nos documentos. Essas correspondências foram, então, reencadernadas na capa dura avermelhada descrita anteriormente e coladas pela lombada. Provavelmente os critérios de reencadernação adotados dizem respeito ao remetente e à datação cronológica. Hoje em dia, esses documentos estão soltos da capa, entretanto, a maioria dos fólhos encontra-se unida pelos restos de cola, pelo tempo de exposição de contato e por alguma espécie de fita adesiva, pois alguns deles apresentam vestígios do formato de fita tipo crepe.

³¹ A funcionária do arquivo encontra-se a serviço da instituição há mais de 20 anos. Por isso, respeitando a seriedade de seu trabalho, todos os relatos acerca da chegada do códice, as intervenções que sofreu o livro manuscrito e demais informações foram incorporadas ao trabalho e consideradas como verdadeiras.

Figura 63 – Fólio 114 r. – vestígio de fita adesiva

A hipótese de reencadernação baseia-se, na realidade, não só nos aspectos codicológicos, mas também em aspectos paleográficos, pois foi observado nos fólhos uma numeração posterior feita, ao que parece, com tinta ferrogálica, que se inicia no número 404 e vai até 489. Essa numeração não segue a caligrafia dos autores dos documentos e apresenta correção em alguns documentos. São exemplos as imagens a seguir.

Figura 64 – Fólio 1r. – *Numero* 404

Figura 65 – Fólio 4r. – *Numero* 406

Figura 66 – Fólio 116r. – *Numero* 489

Na busca de mais dados para auxiliar a comprovação da hipótese apresentada, estendeu-se a pesquisa, nesse aspecto, para outro códice que compõe a coleção de documentos do governador. O códice pesquisado, com o título de *Ofícios do Governador da Capitania 1790-1792*, apresenta estrutura semelhante ao códice utilizado neste trabalho, como capa, fólhos, marcação de furos na margem esquerda e, o mais importante, apresenta a numeração 403 em seu último fólio. Sendo assim, é provável que ambos os códices fizessem parte de um códice anterior e é possível que foram separados e reencadernados.

A numeração dos fólhos é sequencial, mas não integral. Observou-se que alguns tipos documentais como as listagens, algumas cópias e cartas foram privadas da numeração. Entretanto, há outras intervenções posteriores nos documentos, como por exemplo, uma outra numeração feita a lápis, marcações de pautas (V. fac-símile fólio de número 84) , linhas verticais e horizontais, uso de asteriscos, dentre outras.

Figura 67 – Fólio 20r. – exemplo de numeração a lápis

Figura 68 – Fólio 114r. – ocorrência de asterisco

Os documentos encontram-se em excelente estado de conservação e passaram, segundo relatos de funcionários do arquivo, por um breve processo de higienização quando da chegada àquela instituição.³² Alguns documentos apresentam, contudo, vestígios de umidade, acúmulo de poeira nas bordas, marcas de danos causados por papirófagos e até marcas de líquido derramado na mancha do documento. Entretanto, são aspectos que não ocasionam danos graves à sua leitura.

Figura 69 – Fólio 1r. – vestígios de umidade e poeira

Figura 70 – Fólio 98r. – vestígios de umidade e poeira

Os fólhos medem aproximadamente 21 cm x 33 cm. Há pequenas variações de tamanho, entretanto, a “padronização” não se deve somente à procedência do papel³³, e sim,

³² É admirável que o códice apresente o ótimo estado de conservação, haja vista que anteriormente à chegada do códice ao arquivo, este encontrava-se em um porão do Palácio do Governo em Florianópolis.

³³ Os papéis utilizados, não são de origem nacional. Segundo Soares (1992:6) a primeira fábrica de papel, no Brasil, surgiu em Petrópolis, em 1881. Muitos dos papéis utilizados para escrita no Brasil, no século XVIII eram de procedência espanhola ou italiana.

porque, provavelmente quando fora feita a encadernação, alguns documentos tiveram sua margem inferior cortada, como vemos no exemplo abaixo.

Figura 71 – Fólio 64r. – fólio com linha cortada

Figura 72 – Fólio 78r. – fólio com linha cortada

A maioria dos documentos apresenta uma margem esquerda de aproximadamente 3,5 cm, não há, todavia, obediência de margem direita. A mancha, ou caixa de texto, dos fólios em geral é pequena, no entanto varia muito de um documento para outro. Há marcas de dobras observáveis em grande parte dos fólios e, em alguns casos, pode-se constatar marcas de selos ou brasões.

O papel utilizado no códice é do tipo papel-de-trapo, apresenta uma coloração amarelada e alguns fólios são de coloração azulada, sendo esses de espessura mais fina, demonstrando ser, em comparação com os outros tipos de papel, muito mais suscetíveis à ação corrosiva da tinta e da ação de papirófagos. As vergaturas e pontusais são facilmente observáveis nos documentos. As vergaturas, segundo Melo (1926:12), são raias claras horizontais atravessadas perpendicularmente por raias claras verticais, chamadas pontusais.

Com referência à tinta, o tipo empregado foi a chamada tinta ferrogálica, que é composta de sulfato de ferro, ácido galotânico e de um aglutinante, em geral, goma arábica dissolvida em água³⁴. Pela própria composição do material, as corrosões são correntes nos documentos, causadas principalmente pelo excesso de tinta. Tais corrosões são mais observáveis nas letras capitais, nos fólios que foram utilizados nos versos e nos fólios de

³⁴ Dados levantados com Leda Maria D'Avila da Silva Prazeres, técnica do laboratório de patologia de documentos do arquivo público de Santa Catarina.

papel azulado, em razão da espessura desse tipo de papel, conforme observa-se nos exemplos abaixo:

Figura 73 – Fólio 77r. – corrosão em letra maiúscula

Figura 74 – Fólio 77v. – corrosão por tinta repassada

Há diversas marcas d'água ou filigranas nos documentos, as quais constituem verdadeira identidade de localidade e datação do papel. Trata-se de brasões ou símbolos executados em arames finos e fixados sobre a tela de vergaturas e pontusais.

O uso das marcas d'água começou no final do século XIII e servia principalmente para informar a origem, a idade ou a qualidade do papel. Essas marcas são também utilizadas na identificação e constatação da autenticidade de um documento.

Segundo Melo (1926), no início do seu aparecimento, os fabricantes de papel não viam a necessidade de adotarem marcas que designassem explicitamente seus nomes. Por esta razão, desenhos como jarras, flores, etc. eram bastante empregadas já no século XVIII. Porém, com o crescimento da industrialização e a forte concorrência, os fabricantes papeleiros se viram obrigados a utilizarem cada vez mais nomes e iniciais³⁵.

Para este capítulo, as marcas d'água que aparecerão exemplificadas são as que compõem o *corpus*:

³⁵ Segundo McMurtrie (1969:72), a marca dá'gua foi inovação introduzida pelos papeleiros de Fabriano por volta de 1270. Obtinha-se por meio de um desenho qualquer feito de arame de boa qualidade colocado sobre a rede do molde. Tal como os avergoados via-se também esse desenho na sua textura. A posição da marca dá'gua, ou parte dela, numa página, conjuntamente com a direção dos "pontusais verticais", é muitas vezes útil aos estudiosos nas suas investigações sobre os primitivos livros impressos, visto que determina a maneira como se dobrava a folha impressa para a encadernação ou indica a parte da folha a que pertencia algum raro fragmento de páginas impresso.

Figura 75 – Marca d'água presente nos fólhos de número: 5, 6, 11, 12, 21, 27, 30, 50, 51, 55, 65, 68, 77, 94 e 96.

Figura 76 – Marca d'água presente nos fólhos de número: 19, 43, 45 e 47

Figura 77 – Marca d'água presente nos fólhos de número: 9, 37, 38, 39, 56, 57 e 58

Figura 78 – Marca d'água presente nos fólhos de número: 106 e 107

Figura 79 – Marca d'água presente no fólho de número: 49

Figura 80 – Marca d'água presente no fólho de número: 64

Figura 81 – Marca d'água presente nos fólhos de número: 62 e 63

Figura 82 – Marca d'água presente no fólho de número: 46

Figura 83 – Marca d'água presente nos fólhos de número: 1, 2 e 48

Figura 84 – Marca d'água presente nos fólhos de número: 3, 10, 13, 20, 23, 24, 28, 29, 52, 53, 69, 78 e 63

Figura 85 – Marca d'água presente nos fólhos de número: 36 e 79

Os fólhos de número 04, 32, 33, 80, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 97, 106, 114 e 116 não trazem suas marcas d'água identificadas neste trabalho. O fólho de número 26 apresenta marca d'água com as letras *SKW*, o fólho número 81 apresenta a marca d'água com o nome *Wanderley* e o fólho de número 110 apresenta a marca d'água com a palavra *PROPATRIA*, entretanto, não foi possível a reprodução das respectivas marcas d'água.

Alguns documentos que compõem o *corpus* selecionado para este trabalho apresentam particularidades com relação ao aspecto codicológico. A seguir, essas particularidades serão descritas e exemplificadas para uma melhor visualização.

O fólho de número 65 apresenta no canto inferior direito uma mancha de coloração marrom clara provavelmente causada por algum líquido derramado sobre o documento.

Figura 86 – Fólio 65r. – mancha de líquido

O fólio número 79 apresenta na margem inferior esquerda uma área afetada pela ação de papirófagos, ao lado, observa-se a corrosão ocasionada pelo excesso de tinta ferrogálica.

Figura 87 – Fólio 79r. – corrosão por papirófago

O fólio de número 80 apresenta na margem inferior esquerda um pedaço de papel colado. Pode-se inferir que este papel é um selo, no entanto, há uma parte dele que foi extraída e também contém vestígios de papirófagos.

Figura 88 – Fólio 80r. – selo corroído por papirófagos

O fólio seguinte, de número 81 apresenta, como nos anteriores, vestígios de papirófagos na margem inferior esquerda. Pelo formato e tamanho, pode-se afirmar que estes três documentos tiveram estes problemas em conjunto.

Figura 89 – Fólio 81r. – corrosão por papirófagos

O fólio de número 97 apresenta um selo em forma triangular no centro da margem superior do documento.

Figura 90 – Fólio 97r. – selo colado na margem superior

6 A IDENTIFICAÇÃO DIPLOMÁTICA DOS DOCUMENTOS ESTUDADOS

Este capítulo pretende elucidar que os documentos que compõem o livro manuscrito em questão não são, em sua totalidade, ofícios, como consta no arquivo e na intitulação do códice. Sendo assim, o que procura apontar neste capítulo é primeiramente a comprovação de que há outros tipos de documento no códice que não são ofícios.³⁶

Em um segundo momento pretende-se identificar quais são os demais tipos documentais encontrados, assim como apresentar a sua definição e conceituação. Finalmente, será feita a elucidação metodológica da análise tipológica empregada e como esta identificação vai se apresentar ao longo do trabalho.

A necessidade de pormenorizar o conteúdo e a forma dos documentos encontra fundamento no ramo da Filologia, citado anteriormente, denominado Diplomática³⁷. Mesmo estando esta ciência enraizada primordialmente em questões de veracidade documental³⁸, a ciência diplomática, como se conhece hoje

ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial. Trata, portanto, dos documentos que, emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras (como é o caso dos notários), são submetidos, para efeito de validade, à sistematização imposta pelo Direito. (BELLOTO, 2002:13)

Segundo Berwanger e Leal, a Diplomática “...tem como objetivos **precípuos** [grifo nosso] *julgar a autenticidade dos documentos bem como interpretar o conteúdo* [grifo nosso] *dos mesmos.*” (BERWANGER e LEAL, 1995: 18). Sendo assim, o objeto da Diplomática não é tão somente verificar a autenticidade, mas também identificar, demonstrar e avaliar a natureza documental. Além disso, a ciência diplomática tem seus métodos e técnicas próprias, estudando todos elementos intrínsecos e extrínsecos dos documentos – pode-se observar seu conteúdo, procedência, espaço, solenidades, estruturas, etc. a fim de estabelecer de forma

³⁶ Agradecimento à Professora Heloísa Bellotto que gentilmente auxiliou na tarefa de discernir os diferentes tipos de documentos presentes no códice.

³⁷ Etimologicamente do latim *diploma*, *atis* quer dizer: “documento oficial, carta de recomendação, diploma, título”. Portanto, a Diplomática vem a ser “a ciência dos diplomas”.

³⁸ Remonta a criação dessa ciência no século XVII. Neste período, fora realizada a edição do tratado *De Re Diplomatica Libri Sex*, da autoria do monge beneditino Jean Mabillon (da congregação Saint-Germain-des-Prés). Esta obra teve sua primeira publicação em 1681 e foi marcada, desde sua origem e por seu legado, por grandes controvérsias. Na prática, a obra surgiu da necessidade de responder a questões de autenticidade em cartas, títulos e concessão de terras e documentos eclesiásticos medievais. Usando documentos autênticos e datados, Mabillon pesquisou e inspecionou aspectos de cartas medievais, assim como concessões de títulos, posse de terras, dependendo do tipo de documento. Usando documentos autênticos e originais, Mabillon supervisionou vários aspectos desses documentos e criou um campo de estudos conhecido como “Diplomática”. Suas análises do desenvolvimento documental estabeleceram ferramentas importantes nessa área.

específica os elementos que configuram sua gênese. Evidentemente não cabe neste trabalho um estudo aprofundado acerca da ciência diplomática, pois escaparia ao objetivo inicialmente proposto. Portanto, pretende-se apenas utilizar alguns critérios dessa ciência para o fim específico de identificar cada um dos documentos estudados, do ponto de vista diplomático.

6.1 Seriam ofícios todos os documentos estudados?

O pressuposto de que os documentos que compõem o códice foram agrupados seguindo outros elementos que não a tipologia dos mesmos surgiu a partir de observações resultantes do processo de edição/transcrição do *corpus* estudado. Ou seja, mesmo apresentando na sua maioria certa homogeneidade na forma e no conteúdo, algumas correspondências enviadas ao governador neste período revelam-se distintas. Trata-se de listagens, cópias de alvarás, dentre outros tipos de documento, diferem da nomenclatura/intitulação do livro manuscrito em exame.

A hipótese de que a denominação do códice foi constituída com base em outro critério que não o diplomático, decorre do fato de tratar-se de documentos oficiais, gerados em sua maioria nos gabinetes do Rio de Janeiro, de onde o vice-rei despachava suas ordens ao governador da capitania de Santa Catarina. Sendo assim, numa primeira leitura, é possível supor que a semelhança tipológica deve-se ao fato de tratar-se apenas de ofícios, mas, quando se realiza uma leitura mais atenta dos documentos, pode-se pôr em dúvida a denominação, que se revela inexata. Percebe-se, então, que o *corpus* selecionado é composto na sua grande maioria de ofícios, mas apresenta também outras tipologias.

Um documento diplomático é um documento de conteúdo variado – administrativo, político, religioso, judicial etc. É emitido por uma autoridade, por uma instituição ou por um particular com alguma intenção. Esse tipo de documento, entretanto, é revestido de requisitos e formalidades que garantem o valor legal e probatório dos mesmos, tanto de seu conteúdo quanto do seu veículo transmissor.

Na busca de comprovação de outros tipos de documento além da de ofício, parte-se primeiramente da definição de ofícios, dada por Heloísa Liberalli Bellotto em seu livro “*Como Fazer Análise Diplomática e Análise Tipológica do Documentos de Arquivo*”. Segundo a autora, *ofício*, como espécie documental, apresenta as seguintes características:

documento não-diplomático, informativo. Meio de comunicação do serviço público. Forma padronizada de comunicação escrita entre subalternos e autoridades, entre os órgãos públicos e entre estes e os particulares, em caráter oficial. Entidades privadas não expedem

ofícios e sim cartas. É pelo ofício que se mantém o intercâmbio de informações a respeito de assunto técnico ou administrativo, cujo teor tenha caráter exclusivamente institucional. Embora não seja um documento diplomático, o ofício tem sua redação mais ou menos padronizada. Suas partes componentes são: o título abreviado – of., seguido da sigla do órgão expedidor e do número do ofício. Depois vêm as datas tópica e cronológica. Em seguida, a direção e o vocativo Senhor. Por último, o texto propriamente dito, antecedendo o fecho de cortesia e a assinatura do emitente. (BELLOTTO, 2002: 77).

A partir dessa conceituação, comprova-se a hipótese levantada, de que os documentos que compõem o códice em estudo não são somente *ofícios*, pois nem todos eles apresentam as características necessárias para serem enquadrados e classificados como tais. Não há presença, nos documentos, da sigla do órgão expedidor, não há o número do ofício, não há padronização, dentre outras características que compõem um ofício. Observa-se também outra classificação dada por Bellotto para ofício no glossário das espécies documentais que consta de *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo: catálogo 1*:

documento não diplomático, mas de desenho mais ou menos oficializado, informativo ascendente ou horizontal. Correspondência entre autoridades subalterna/delegadas entre si ou entre outras autoridades do Reino, tais como o Secretário do Reino, ao de Marinha e Ultramar, a Bispos, a Desembargadores etc., com exceção do Rei, a quem sempre é dirigida não o ofício, mas a carta. (BELLOTTO, 2000: 312)

Nessa segunda definição dada por Bellotto é interessante ressaltar que a autora classifica esse tipo de documento como correspondência entre autoridades. A partir da afirmação comprova-se que os documentos do códice estudado não são todos *ofícios*, pois em alguns documentos não há caráter informativo/oficial e sim assuntos particulares.

A título de exemplo, leia-se um trecho de um documento enviado ao Governador pelo Senhor Albino dos Santos, recto do fôlio de número 26 :

Muito meuSenhor daminha Veneração. Recebi
adeVossaSenhoria aque não respondi prompto, por menão Ser pos-
sível, o que agora faço.[espaço] Agradeço emilvezez lhe-
fico obrigado pelo seu obzequio dispendido afavordemeu Ir-
maõ Frei Luiz, edenovo lheSuplico obeneficio delhehir
fazendo aos poucoz embolçar dosSoldos que tem vensido,
porque alemdesse pobreFrade Sesustentar, Suprir ameuSobrinho
Manoel Iozé Diaz, tambem eupartecipo dasSobras quando
Succede havelaz.

Neste outro exemplo, que reproduz um trecho da transcrição do recto do fólio de número 106, observa-se que o documento não pode ser classificado como ofício e sim como um alvará, dado seu remetente e suas características:

<Copia=>

Eu A Rainha Faço saber aos queeste Alvará vi-
rem: Que tendo-mesido presentes os graves inconvenientes, e a-
grande diminuiçãõ que causa na Marinha Mercante
dos Meus Vassallos arestricçãõ aque se tem julgado até a-
qui sujeitas as Pescarias Volantes das Balêas, colhidas no-
Alto Mar, eoPrivilegio exclusivo do Contrato das Balêas
para senaõ fazerem Armaçoês Sedentarias em qualquer
parte dos Meus Dominios...

Através destes breves exemplos, somados à discussão anterior, podemos afirmar que mesmo tendo-se classificado a grande maioria dos documentos presentes no *corpus* como ofícios, a comprovação da presença de outras tipologias confirma a hipótese levantada de a intitulação do códice não ser a mais indicada. Por esse motivo, tornou-se imperativo propor uma nova identificação tipológica.

6.2 As dúvidas surgidas durante a tentativa de identificação dos documentos do corpus

Não se pode deixar de mencionar, que ao longo da pesquisa, a interdisciplinaridade nos estudos filológicos acabou gerando dúvidas quanto à ciência adequada para esse tipo de identificação, a saber: a Diplomática ou a Arquivística.

As dúvidas quanto ao auxílio da Arquivística, atreladas aos estudos da ciência histórica emergiram ao observar que, segundo Bellotto:

As autorias, a caracterização das tipologias de documento, a função implícita, os assuntos, as datas (tópica e cronológicas) são fornecidos pela operação denominada, em arquivística, “descrição de documentos”. Aí sim, o arquivista poderá, em seus inventários, catálogos e índices, preocupar-se em propiciar aos historiadores os elementos identificadores e rastreadores de informações” (BELLOTTO, 2006: 29)

Portanto, constatou-se que tanto a ciência diplomática quanto a arquivística desempenham papéis semelhantes ao tratarem de identificação documental. A questão, então, foi solucionada a partir do pressuposto de que a diplomática trabalha debruçando-se sobre o documento em si, que é o que este trabalho objetiva. Já o arquivo³⁹ pode ser considerado

³⁹ “Um arquivo permanente não se constrói por acaso. Não cabe apenas esperar que lhe sejam enviadas amostragens aleatórias. A história não se faz com documentos que nasceram para seres históricos, com

como um órgão receptor da produção da administração pública ou privada e, sendo assim, acolhe e organiza a documentação, de modo que possa servir à sua conservação. Portanto, um arquivista se debruça sobre os conjuntos documentais para organizá-los em séries e seus respectivos fundos.

O *corpus* selecionado, como já foi dito no capítulo introdutório, é composto de 68 documentos, dentre eles identificaram-se 6 tipologias distintas: ofício (37 documentos), requerimento (1 documento), alvará (1 documento), carta (6 documentos), relação (5 documentos) e aviso (18 documentos). Conforme demonstração do gráfico, abaixo pode-se observar a ocorrência de cada uma destas tipologias.

Gráfico 1 – Tipos de documentos identificados no *corpus*

Identificação dos Documentos - Total 68

A identificação da documentação acabou tornando-se árdua no momento em que as correspondências apresentavam características de mais de uma tipologia em um mesmo documento. Ou seja, em alguns casos, a correspondência enviada ao governador acabava contendo assuntos oficiais e assuntos pessoais, o que dificultava a identificação e afirmação de tratar-se de uma carta ou um de ofício, por exemplo. Nestes casos optou-se por classificar como ofício a correspondência que apresentasse, por menor que fosse, trecho que tratasse de assunto administrativo.

Para esclarecer e facilitar o entendimento tanto da teoria quanto do conteúdo dos documentos em si, convencionou-se dividir esta seção em dois subitens. O primeiro trata da

documentos que só lhe informem sobre o ponto inicial ou o ponto final de algum ato administrativo decisivo. A história se faz com uma infinidade de papéis cotidianos, inclusive com os do dia-a-dia administrativo, além de fontes não governamentais”(BELLOTO, 2006:27)

apresentação, em ordem alfabética, da definição dada a cada um dos diferentes tipos documentais que foram encontrados no *corpus* selecionado para esta dissertação. O segundo subitem é a exposição metodológica do verbete descritivo criado para auxiliar na compreensão da identificação documental.

6.3 As definições e caracterizações dos tipos documentais identificados no corpus

A bibliografia adotada para caracterizar os tipos documentais identificados nesta etapa do trabalho encontra-se no glossário das espécies documentais, de *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830): catálogo 1*. Bauru: EDUSC; São Paulo: Fapesp, Imesp, 2000 p. 289-292.. A ordem de apresentação dos tipos será alfabética:

Alvará: “documento diplomático dispositivo normativo, descendente. Diploma de que se servem os soberanos, ou para objeto da legislação particular do Estado, dando-lhe para isso autoridade e força de lei ou para confirmação de mercês, cujo efeito não dure mais de um ano, e dentro do qual se possa cumprir. Começam pelo título do soberano; terminam com a sua assinatura, mas sem guarda e sómente com cinco pontinhos. Diploma legislativo para vigorar até um ano. Lei geral que tem por objeto modificações e declarações sobre coisas já estabelecidas. Teoricamente contém disposições que não devem ultrapassar um ano. Frequentemente, porém, perpetua-se por expressa cláusula em contrário. Nesse caso toma o nome de Alvará de lei, com força de lei ou em forma de lei. O alvará é também denominado Provisão Real e Provisão em forma de Lei. Variantes tipológicas: alvará de confirmação de mercês, alvará de concessão, alvará de folha corrida, alvará de privilégio”.

Aviso: “documento diplomático dispositivo de correspondência, ascendente ou horizontal, segundo as hierarquias entre emissário e receptor. São cartas que os secretários de Estado usam Ordem régia expedida em nome do soberano, expressando sua vontade, pelos secretários de Estado dirigida a presidente ou a conselheiros de colegiados, ou ainda, a qualquer magistrado, corporação ou particular, pela qual se ordenava a execução das reais ordens. É uma ordem régia expedida em nome do soberano, expressando sua vontade. Tem força de lei, muitas vezes, na medida em que se restringe, ou amplia, certas leis, decretos ou alvarás. É expedido pela secretaria ou repartição competente em nome do Rei. Diplomas expedidos pelos ministros e secretários de Estado, por ordem verbal do soberano e em seu nome, designando-se diretamente o destinatário, fosse pessoa ou instituição”.

Carta: “documento não-diplomático, porém de desenho mais ou menos oficializado, ascendente, descendente ou horizontal. Documento ascendente, é a correspondência de autoridade subalterna/delegada ou súdito ao Rei, diferenciando-se do requerimento ou petição

pela natureza do teor documental, já que estes últimos destinam-se a solicitar mercês, privilégios ou direitos de existência consolidada, desde que atingidos os requisitos necessários. Questões de caráter oficial ou particular, que se desejasse expor ao Rei, quaisquer que fossem os assuntos, não tendo o caráter peditório, eram-lhe dirigidas por meio de carta. Pode ser confundido com o ofício (correspondência dos autoridades subalternas/delegadas em serviço no Ultramar e outras autoridades no Reino, ou entre elas). Em alguns instrumentos de pesquisa o emprego destas duas formas é exatamente o oposto. Tal prática generalizou-se em muitos arquivos porque na concepção moderna, a carta é particular e o ofício é oficial, ou ainda, a carta é descendente, mesmo oficial e o ofício é sempre ascendente”.

Ofício: “documento não-diplomático, mas de desenho mais ou menos oficializado, informativo ascendente ou horizontal. Correspondência entre autoridades subalterna/delegadas entre si ou entre outras autoridades do Reino, tais como o Secretário do Reino, ao de Marinha e Ultramar, à Bispos, à Desembargadores etc., com exceção do Rei, a quem sempre é dirigida não o ofício, mas a carta”.

Relação: “documento não-diplomático, informativo, horizontal. Listagem de nomes de pessoas, de coisas ou fatos, muitas vezes solicitadas, pôr várias razões e sobre os mais variados objetos, pelas autoridades da Metrópole às autoridades delegadas”.

Requerimento: “documento diplomático informativo ascendente. Instrumento que serve para solicitar algo a uma autoridade pública e que, ao contrário da petição, está baseado em atos legais ou em jurisprudência. Muitas vezes, o requerimento faz menção estes atos que toma pôr base jurídica”.

6.4 Verbetes descritivo

A criação do verbete descritivo tornou-se indispensável neste trabalho no momento da constatação de mais de uma tipologia documental. O verbete descritivo traz informações sobre cada documento do códice, ressaltando alguns dados contidos no próprio documento, que, com a elaboração de outros elementos, facilita a compreensão do documento como um todo, proporcionando agilidade de informações e conseqüentemente aproximando ainda mais os leitores da documentação estudada.

Dado o caráter individualizador da formação desse tipo de registro, optou-se por apresentar o verbete precedendo a transcrição do respectivo documento. Ou seja, antes de iniciar a transcrição de documento, o verbete descritivo correspondente aparecerá primeiro, de modo que o leitor possa, de antemão, inteirar-se das informações mais relevantes contidas naquele documento.

Os verbetes foram confeccionados a partir de algumas informações extraídas do verbete descritivo utilizado pelo Projeto Resgate: *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830): catálogo I*. Bauru: UDUSC; São Paulo: Fapesp, Imesp, juntamente com o guia de verbete descritivo proposto por Bellotto na obra *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. A decisão de não seguir na íntegra nenhum guia proposto ou mesmo a cópia de formatação preexistente foi tomada porque a proposta deste verbete, na verdade, apresenta-se mais em caráter experimental que definitivo. Compõe-se o verbete descritivo deste trabalho das seguintes partes:

1. *Enumeração seqüencial* dos documentos do *corpus* selecionado;
2. *Numeração do fôlio* que este documento ocupa no códice;
3. *Espécie documental*, em letras maiúsculas e negrito;
4. *Cópias*, em caso de ocorrência, será indicada entre parênteses logo após a espécie documental;
5. *Emissor*, precedido de sua titulação, cargo ou função;
6. *Destinatário*;
7. *Função*, que é expressa por um verbo no gerúndio;
8. *Assunto*, que apresenta-se de forma resumida;
9. *Data tópica*, caso não conste no documento será evidenciado por “s.d.”
10. *Data crônica*, caso não conste no documento será evidenciado por “s.d.”
11. *Assinatura*, precedida por “as.” como consta no documento, porém desmembrada em itálico se necessário. Quando não houver assinatura no documento, será evidenciado por “s.a.” ;
12. *Quantidade de páginas*;

Quando algum dado, exceto data tópica, cronológica ou assinatura não for passível de identificação, ou não consta no documento, este elemento é omitido do verbete.